

Diário da Assembléia

Nº 3.015

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 1974

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielse Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares — REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Ney Rodrigues — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —

Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.

— Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielse

— Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —

Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando sejam enviados telegramas aos Srs. Ministros da Fazenda, Agricultura e Indústria e Comércio, solicitando fixação de preços do soja, atendendo apelo patético dos produtores. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando seja transcrito nos Anais da Casa, o discurso proferido pelo Dr. Luiz Antônio Fayet, na cerimônia de sua posse, no cargo de Diretor Presidente do BADEP. — **Aprovado.** (A matéria a ser transcrita, achase publicada no final desta Ata).

Requerimentos de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que formule a Emenda necessária, para que deixe mais claros os termos da proposta de aumento ao funcionalismo público. — **Em discussão.**

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, data vênio do entendimento de V. Exa. sugiro que despache, de ofício, esse Requerimento, sem que a Casa tenha que se manifestar quanto a sua validade, porquanto considero válidas as pretensões do Deputado e entendo que a Presidência regimentalmente tem autoridade para despachar, de ofício, o presente expediente. Com isto ficará limitada toda e qualquer tramitação perante os Departamentos Administrativo e Legislativo.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado Ivo Thomazoni que se trata de um Requerimento e a Mesa entende que não tem poderes para encaminhá-lo sem ouvir o Plenário da Casa. Por esta razão coloco em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, é possível que não tenha entendido as razões da minha questão de ordem.

Possivelmente relatarei na Comissão de Constituição e Justiça, na próxima quarta-feira, a Mensagem que propõe aumento ao funcionalismo público do Estado.

É fatal que a tramitação deste Requerimento pela Casa só chegará às minhas mãos no final desta semana.

Posso requerer a V. Exa. para discutir os Requerimentos e no interregno desta para a próxima Sessão, posso xerocá-los e estar munido dos termos em que estão vasados os Requerimentos.

O SR. PRESIDENTE — Ficam adiadas as discussões para a próxima Sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente da Federação das Associações Comerciais do Paraná, aos Srs. Ministro da Indústria e Comércio e Presidente do Instituto Brasileiro do Café, visando medidas cabíveis com relação ao plantio do café, e combate à ferrugem. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná, encarecendo que, na fixação de prioridade para atuação do Governo Estadual, seja dado ênfase à implantação da estrada de rodagem ligando os municípios de Jaguariaíva e Antonina. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 87-73, 98-73 e 99-73.
 - 2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 237-73, 242-73, 256-73 e 285-73.
 - 1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 111-73.
- Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO XENOFONTE VILLANUEVA, APROVADO EM 15 DE ABRIL DE 1974

Discurso do Dr. Luiz Antônio Fayet:

"A instalação no país de um novo período governamental, a 15 de março, embora conserve as diretrizes das administrações anteriores, traz em seu bojo enfoques e posicionamentos que caracterizam um processo de evolução, e marcam com importantes repercussões a administração e a economia de nosso Estado.

Primeiramente pela convocação de elementos de nossos quadros administrativos para cargos da esfera federal, e, paralelamente, pelas perspectivas formidáveis que se abrem em face da ênfase atribuída à melhoria da distribuição social e regional da renda, ao fim da guerra fiscal entre Estados, ao fim dos privilégios de reserva de mercado, à melhor distribuição geográfica da atividade industrial, à redescoberta da agricultura, e, especialmente, às preocupações em estabelecer um comportamento de política econômica para mais longo prazo.

Essas colocações tem substancial importância porque abrem imensas perspectivas para as regiões brasileiras que, como a nossa, não constituem nem parte do pólo nem integram as chamadas regiões problema, mas possuem grandes potencialidades e dependem de um considerável esforço para sua consolidação.

Embora sem desprezar as potencialidades do Paraná, devemos assinalar que sua renda per capita ainda é inferior à média brasileira e a participação do setor industrial na formação da renda interna, no entorno de 10%, é a menor na região Centro-Sul do país.

A consciência desse fato já foi despertada e é absolutamente nítida a preocupação e a importância atribuída pelo Governo do Estado à promoção do desenvolvimento, em especial pela dimensão que deu ao trabalho do BADEP, instrumento específico para promover a um novo nível a atividade econômica.

Essa missão exige muito mais do que seriedade e boa vontade, exige uma visão científica da problemática existente, experiência, e uma boa dose de ousadia.

E é nesse momento do processo que assumo esta empresa, há 12 anos minha opção de vida profissional. Volto a minha casa, tranquilo por encontrá-la muito bem ajustada e numa fase esplendorosa de sua história, fruto da decisão e do apoio governamental ao seu trabalho, mas substancialmente por ter sido conduzida pela personalidade marcante de Karlos Rischbieter, profundo, tranquilo, incansável e destemido. Sua saída representa uma grande lacuna e impõe o desafio de não se perder o ritmo adquirido. Aceito com tranquilidade esse desafio porque conheço bem as dificuldades e as potencialidades deste Banco, a capacitação e a garra de sua gente, a decisão com que o Governo se empenha nesta tarefa, e especialmente pela confiança e apoio permanente do empresariado.

No momento em que assumo esta nova missão política na atual administração, agradeço ao Exmo. Senhor Governador Emílio Gomes por mais essa demonstração de confiança, à qual, com meus companheiros de Diretoria, continuarei respondendo com dedicação e lealdade.

A Karlos Rischbieter, a nossa gratidão pelo tanto que construiu*.

o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro"; em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR
Presidente
- (a) — JORGE SATO
1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO
2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 107/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 787-74, de 12 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto, pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JANET DA SILVA SANTOS; ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial Administrativo, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro"; em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR
Presidente
- (a) — JORGE SATO
1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO
2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 108/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 102-74, de 09 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LUIZ FERNANDO GOTTARDI, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Administrativo, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar;

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 02 de janeiro de 1974, data em que, em razão das férias referentes ao ano de 1973, contadas em dobro, completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezenove de Dezembro"; em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR
Presidente
- (a) — JORGE SATO
1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO
2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 109/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 380-74, de 23 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de serviço público de ISRAEL DINIZ, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 23 de dezembro de 1964 e 23 de outubro de 1969, antecipado em razão das férias referentes ao ano de 1967, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro"; em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR
Presidente
- (a) — JORGE SATO
1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO
2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 110/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 558-74, de 30 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de ALBERTO CARAZZAI NETO, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 06 de abril de 1967 e 06 de abril de 1971, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1967, 1970, de quinze (15) dias de 1966 e quinze (15) dias de 1968, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro"; em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR
Presidente
- (a) — JORGE SATO
1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO
2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 111/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 616-74, de 1.º de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de RAUL ZIPPERER, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Administrativo, do Grupo Ocupacional de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro"; em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 112/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 674-74, de 07 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de DOLIVAR CAMARGO BARROS, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Administrativo, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro"; em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 113/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 12.136-73, de 04 de dezembro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar pagar, a partir de 16 de novembro de 1970, a ELIZA BARBOSA RIBEIRO, viúva do ex-servidor da Secretaria desta Assembléia, Aldinar dos Santos Ribeiro, falecido em 17 de setembro de 1967, as quotas de salário família a que tem direito, nos termos do Art. 196, Incisos I e II, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, combinado com o Art. 356, da mesma Lei, com a nova redação dada pela Lei n. 6.325 de 27 de outubro de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro"; em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 114/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 11.214-73, de 09 de novembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar suspender, a partir de 09 de novembro de 1973, a licença especial de seis (06) meses, concedidas pelo Decreto Legislativo n.º 514-73, de 02 de agosto de 1973, a LADY CUNHA, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquígrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, ficando com direito ao gozo do período restante de dois (02) meses e vinte e dois (22) dias, ou à sua contagem em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro"; em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 115/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 107-74, de 09 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar pagar, a partir de 16 de novembro de 1970, a FLORINDA DE JESUS PINTO, filha do ex-servidor da Secretaria desta Assembléia, Joaquim Lopes Pinto, falecido em 15 de janeiro de 1963, o salário família a que tem direito, nos termos do Art. 196, inciso II, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, combinado com o Art. 356, da mesma Lei, com a nova redação dada pela Lei n. 6.325, de 27 de outubro de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro"; em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 116/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 190-74, de 15 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOÃO FELIPE CHAVES LOUREIRO, ocupante do cargo de nível PL 30, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro"; em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 117/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n. 529-74, de 29 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de EDOUARD ELIAS THOME, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 118/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 543-74, de 30 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LEONILDA BITTENCOURT, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 119/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 596-74, de 31 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de MARIA STELLA MADER DO AMARAL GURGEL, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 120/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 804-74, de 13 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de AREODIMA MANN DE SOUZA, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 121/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 925-74, de 19 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOAQUIM VIEIRA DA SILVA, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 122/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 752-74, de 11 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ZELMA LOPES WOJCIK, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Administrativo, do Grupo Ocupacional de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 123/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 697-74, de 11 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JANDIR NARDIN, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 124/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 680-74, de 08 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de CLEIDE ANGELINA MOLINARI DA SILVA, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao exercício de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 125/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 677-74, de 08 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de EDISON CARLOS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Administrativo, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 126/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 582-74, de 31 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de AMADO ZONATTO, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 127/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1192-74, de 04 de março de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

- I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de RUBENS PADILHA MENDES, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Assistente Técnico, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar; e,
- II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, a partir de 14 de março de 1974, data em que, em razão das férias referentes ao ano de 1973, contadas em dobro, completa trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, prefazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 128/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 771-74, de 12 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ROSA FERNANDES, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Administrativo, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 129/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 766-74, de 11 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ALMIR SANTOS, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 130/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 544-74, de 30 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de DORIZON SALGADO BUENO, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo, de Assistente Técnico, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao exercício de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 131/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 805-74, de 12 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de DARIO FORTUNATO DARIF, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Assistente Técnico, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 132/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 642-74, de 04 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ABEL FREDIANO MARCHIORATO, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 133/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 557-74, de 30 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ALBERTO CARAZZAI NETO, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 134/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 855-74, de 14 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de NELSON SILVIO SALLES, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 135/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 643-74, de 04 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ANTONIO GULBINO, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao exercício de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 136/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 158-74, de 14 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar atualizar a pensão mensal concedida pelo Decreto Legislativo n. 640-73, de 19 de outubro de 1973, em favor de ALICE DE FREITAS, filha solteira do ex-Deputado Estadual Domingos Theodorico de Freitas, para o valor equivalente a 03 (três) salários mínimos vigentes na Capital do Estado, de acordo com o Art. 1.º, da Lei n. 6.468, de 18 de outubro de 1973, a partir da data em que a mesma entrou em vigor.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 137/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 764-74, de 11 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de FAUSTO LUIZ ABRY, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 138/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 760-74, de 11 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LUIZ ALBERTO SOFFIATTI CASSAL, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 139/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 654-74, de 05 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de IONE MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Administrativo, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 140/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 615-74, de 1.º de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ANTONIO SEBASTIAO DA CUNHA GEBRAN, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo de Assistente Técnico, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
(a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
(a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 141/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 758-74, de 11 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
(a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
(a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 142/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 657-74, de 05 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de CARLOS AUGUSTO FERNANDES, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
(a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
(a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 143/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 671-74, de 07 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário LUIZ FERNANDO MALHEIROS CARNEIRO, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
(a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
(a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 144/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 617-74, de 1.º de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

I — dispensar LUCY DE MELLO KEINERT, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, das funções de Assessor de Relações Públicas, e
II — designar GILBERTO BITTENCOURT FONTOURA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Assessor de Relações Públicas, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 1.º de março de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
(a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
(a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 145/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 617-74, de 1.º de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de JOAO MARIA DE JESUS CAMPOS ARAUJO, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exer-

cício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 28 de janeiro de 1965 e igual data de 1970; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 28 de janeiro de 1974, data em que, em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio, completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
(a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
(a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 146/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.250-74, de 04 de março de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

I — revogar o Decreto Legislativo n. 100-73, de 13 de março de 1973, na parte que designou a funcionária MARIA DE LOURDES BIZETTO REQUE, para exercer as funções de Oficial de Gabinete da 2.ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 02 de março de 1974;

II — revogar o Decreto Legislativo n.º 219-70, de 07 de maio de 1970, que designou o funcionário HONORINO LUIZ COLLA, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da Liderança do M.D.B., percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 02 de março de 1974, e,

III — designar a funcionária MARIA DE LOURDES BIZETTO REQUE, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da Liderança do M.D.B. percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 02 de março de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
(a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
(a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 147/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 604-74, de 1.º de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a EDMIR ENEZIO DA SILVA, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 04 de fevereiro de 1974, data em que completou dez (10) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 170, da Lei n. 6.174 de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
(a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
(a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 148/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.676-74, de 14 de março de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

I — revogar o item I, do Decreto Legislativo n. 066-73, de 21 de março de 1973, que atribuiu a ERNESTO PERACETTA, a gratificação de função correspondente ao símbolo F-5, por estar exercendo as funções de Motorista no Gabinete da 4.ª Secretaria, a partir de 13 de março de 1974; e,

II — designar JOSÉ ANGELI, para exercer as funções de Motorista da 2.ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo e autorizar a prestação de serviços extraordinários, percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, de acordo com o disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 13 de março de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
(a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
(a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 149/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 157-74, de 14 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, MAGNO LUIZ SHEFFER, ora a disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de janeiro de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
(a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
(a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 150/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 109-74, de 09 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei

n. 6.174, de 26 de novembro de 1970, o funcionário ELIAS PEREIRA, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 151/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 42-74, de 07 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário DURVAL DAROS, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 152/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 258-74, de 18 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

fixar em cinquenta por cento (50%), sobre os seus vencimentos, a gratificação concedida por prestar serviços extraordinários, a BERTOLDO SCHWARZBACH, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de março de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 153/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 681-74, de 08 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a CLEIDE ANGELINA MOLINARI DA SILVA, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 14 de novembro de 1973, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 170, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 154/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 920-74, de 19 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, com fundamento no Art. 171, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, a ALELI DOS SANTOS, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 04 de janeiro de 1974, data em que completou trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 155/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 756-74, de 11 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a NEUSA OLIVIA MELARA, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 10 de fevereiro de 1974, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 170, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 156/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do

processo protocolado sob o n. 733-74, de 06 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a CELIA MARIA GRACIA HATSCHBACH, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 10 de setembro de 1973, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Artigo 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 157/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.188-74, de 04 de março de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a GILBERTO LAMPARELLI SILVA, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 18 de setembro de 1973, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 170, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 158/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.134-74, de 28 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a MARIA ALEXANDRINA MOREIRA PONCIO, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 1.º de novembro de 1973, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 170, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 159/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 378-74, de 23 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a SEBASTIAO BUENO, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 28 de novembro de 1972, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 170, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 160/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 803-74, de 13 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a AREODIVA MANN DE SOUZA, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%), a partir de 29 de janeiro de 1974, data em que completou vinte e cinco anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 170, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 161/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 391-74, de 23 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a ANTONIO MASSUCHETTO, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, perfazendo um total de quinze por cento (15%), a partir de 21 de agosto de 1973, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 170, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 162/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 540-74, de 30 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a ALEXANDRE RADICHEWSKI, ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, perfazendo um total quinze por cento (15%), a partir de 12 de abril de 1973, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 170, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 163/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 540-74, de 30 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

designar BOANERGES DE MENEZES CALDAS, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Oficial de Gabinete da 2.ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 13 de março de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 164/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.678-74, de 14 de março de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

- I — revogar o Decreto Legislativo n. 523-73, de 02 de agosto de 1973, que atribuiu a ATILIO PEREIRA DE LIMA, gratificação de função correspondente ao símbolo F-5, por estar exercendo as funções de Motorista do Gabinete da Liderança do MDB; e,
- II — designar o funcionário ERNESTO PERACETTA, para exercer as funções de Motorista do Gabinete da Liderança do MDB, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 165/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 936-74, de 19 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOAO MARTINS SOBRINHO, ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao exercício de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 166/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 897-74, de 18 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de MARIA JOSÉ TAVORA GIL BELEM, ocupante do cargo de nível

PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 167/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 921-74, de 19 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ALELI DOS SANTOS, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 168/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.213-74, de 04 de março de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ATILIO PEREIRA DE LIMA, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 169/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 950-74, de 19 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOGUEIBE MANSUR, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial Administrativo, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 170/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 536-74, de 30 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de EUTHALIA MARTINS DA SILVA, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 171/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 919-74, de 19 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de MARIA MENEGUSSO, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 172/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 871-74, de 15 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de REGINALDO XAVIER BITTENCOURT, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Administrativo, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao exercício de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 173/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 937-74, de 19 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de RAUL WOLF, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 174/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.176-74, de 04 de março de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de IRANI CARINI, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Técnico de Administração, do Grupo Ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 175/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.024-74, de 21 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de FLORIPES ALVES BOSCHI, ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 176/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 938-74, de 19 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ANTONIO JOAO GREBER, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 177/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 931-74, de 19 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de DELTA DE ALMEIDA CARDOSO, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 178/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.106-74, de 28 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LAZARO DA SILVA, ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 179/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 618-74, de 04 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOEL DA SILVA NATAL, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Motorista, do Grupo Ocupacional de Transporte, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 180/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 622-74, de 04 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ANTONIO LEANDRO, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 181/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 890-74, de 18 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de HENRIQUE WOJCIK, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional de Escriturário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 182/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 759-74, de 12 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de NEVERCINDO RIBEIRO DE LIMA, ocupante do cargo de nível PL "23" da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Quadro Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 183/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 619-74, de 04 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ANTONIO DOS SANTOS RIBAS, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 184/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 923-74, de 19 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOAO CRUZ, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 185/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.035-74, de 21 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LUIVAR AMORIN PEREIRA, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 186/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.036-74, de 21 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOSÉ ADER, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 187/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 595-74, de 31 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ELCY DA SILVA BATISTA, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 188/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.032-74, de 21 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de MARIA DE LOURDES SANTOS, ocupante do cargo de nível PL "15", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 189/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 860-74, de 15 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ENIO SANTANGELO MALHEIROS, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 190/74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 48-74, de 07 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, com fundamento no Art. 240, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a MARCOS GARGIA COSTA, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, dois (02) anos de licença para o trato de interesses particulares.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de abril de 1974.

- (a) — JOAO MANSUR — Presidente
- (a) — JORGE SATO — 1.º Secretário
- (a) — JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 37.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 15 de Abril de 1974 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Borsari Neto.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Lopes Júnior — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados David Federmann — Antonio Costa — Antonio Maciel — Arizone Araújo — Domicio Scaramella e Ivo Rocha. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 20-74, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 194-72, de autoria do Dep. Francisco Borsari Neto, que dispõe sobre a contagem de tempo pela prestação de serviços extraordinários. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.** Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 38.ª Sessão Ordinária

Realizada em 15 de Abril de 1974 - (Segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Borsari Neto.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Lopes Júnior — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: David Federmann — Antonio Costa — Antonio Maciel — Arizone Araújo — Domicio Scaramella e Ivo Rocha. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM N.º 17-74

Curitiba, 3 de abril de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins consti-

tucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de 22 de fevereiro de 1974, celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná ao Convênio para execução de projeto de Informação de Mercado Agrícola.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — EMILIO GOMES — Governador do Estado.

Termo Aditivo de Convênio que celebram o Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, para execução de um Projeto de Informação de Mercado Agrícola.

Aos 22 dias do mês de fevereiro de hum mil novecentos e setenta e quatro, na sede da Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura do Estado do Paraná, presentes o Diretor Estadual Doutor João Palma Moreira, neste ato representando o Ministério da Agricultura, conforme delegação de competência "ex vi" da Portaria Ministerial número 259 de 25 de junho de 1970, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 1970, e o Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, Doutor José Cassiano Gomes dos Reis Junior, neste ato representando a Secretaria da Agricultura, conforme autorização governamental exarada no Ofício n.º 75-74-G da Secretaria da Agricultura, resolveram perante testemunhas instrumentárias celebrar o presente termo Aditivo ao Convênio existente entre ambos, firmado aos 30 dias de março de 1971, objetivando manter a atual agência do Serviço de Informação de Mercado Agrícola de Curitiba, bem como ampliar as atividades do serviço através a criação de subagências nas cidades de Londrina, Maringá e Cascavel. Para tanto, fica retificada a cláusula segunda Item I alínea a do citado instrumento, ficando, ainda, acrescentada a mesma cláusula segunda Item II, a alínea f, na conformidade do exposto abaixo:

Cláusula Segunda Item I — alínea a: concorrer no presente exercício com a quantia de Cr\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil cruzeiros), destacada do projeto número 1329.02.02.2024-001 — "Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais — Mercado Agrícola, destinado a atender a agência do SIMA de Curitiba, cronograma de desembolso desta quantia é o seguinte:

RESUMO — ANO — 1974 — Agência Curitiba			
Período	Pagamento Cr\$	Percentual %	
1.º Trimestre	14.750,00	25,00	
2.º Trimestre	14.750,00	25,00	
3.º Trimestre	14.750,00	25,00	
4.º Trimestre	14.750,00	25,00	
TOTAL	59.000,00	100,00	

As subagências a serem instaladas, receberão uma dotação de Cr\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros) destacada do projeto número 0202-2024-001.00 — "Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais — Mercado Agrícola, e terão as mesmas finalidades e obrigações atribuídas à agência instalada na sede da Secretaria da Agricultura em Curitiba. O cronograma de desembolso destes recursos é apresentado a seguir:

RESUMO — ANO — 1974 — Subagências			
Período	Pagamento Cr\$	Percentual %	
1.º Trimestre	30.000,00	40%	
2.º Trimestre	15.000,00	20%	
3.º Trimestre	15.000,00	20%	
4.º Trimestre	15.000,00	20%	
TOTAL	75.000,00	100%	

A participação da Secretaria da Agricultura, especificada no Item II da cláusula segunda do convênio original, fica acrescentada pelo inclusão da alínea f, que terá a seguinte redação:

f) concorrer no presente exercício, com os recursos de Cr\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil cruzeiros) alocados no orçamento do Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura, sob o Título "Projeto de Interiorização de Serviço de Informação de Mercado Agrícola" — Código 4106.0202.1088 — elemento de despesa 3.1.4.0, subelemento 17 (Acordos e Convênios), cujo empenho de n.º C.S. 54-74 e C.G. 962 foi emitido pela Contadoria Seccional da Secretaria da Agricultura.

O plano de aplicação dos recursos da Secretaria e do Ministério da Agricultura, referente ao projeto de interiorização do serviço de informação de mercado agrícola, consta do projeto técnico-financeiro que passa a fazer parte integrante e complementar deste termo aditivo.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do convênio e, para firmeza e validade do que se convencionou, foi lavrado o presente Termo Aditivo em 6 vias de igual teor e forma, e que será transcrito em livro próprio.

JOSÉ CASSIANO GOMES DOS REIS JUNIOR — P/Ministério da Agricultura.

as. ilegível — P/Secretaria da Agricultura

TESTEMUNHAS:

as. ilegível

as. ilegível

A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Do Senhor Osiris Stenghel Guimarães, Secretário de Estado dos Negócios dos Transportes, comunicando haver assumido o cargo de Secretário daquela Pasta. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 203-74, do Senhor Affonso Alves de Camargo Neto, Secretário da Fazenda, comunicando haver na data de 20 de março do ano em curso, assumido o cargo de Secretário daquela Pasta. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Circular do Senhor Cesar Tasso Saldanha Lemos, Comandante da Polícia Militar do Estado, comunicando haver assumido o cargo daquela Pasta. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Circular sob o n.º 1-74, do Senhor Rubens Valduga, Secretário de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social, comunicando haver assumido o cargo de Secretário da referida pasta. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 536-74, do Senhor Moacyr Coelho, Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal, comunicando haver assumido o cargo de Diretor daquele Departamento. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Circular sob o n.º 04-74, do Senhor Deobaldo Thiago de Oliveira, comunicando que assumiu o cargo de Prefeito do Município de Assis Chateaubriand, por motivo de licenciamento do titular daquela Pasta. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Circular sob o n.º 01-74, do Senhor Francisco Maria Quadrado, Vice-Prefeito do Município de Telêmaco Borba, comunicando que assumiu o referido cargo por motivo do afastamento do titular daquela Pasta, para tratamento de saúde. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 208-74, do Senhor Osório Valter Pietrangelo, Presidente da Câmara Municipal de Maringá, confirmando a data de 20 do corrente, para a pelega entre a equipe de futebol daquela Câmara e os Parlamentares desta Casa, a realizar-se nesta Capital. — Ao conhecimento da Casa.

TELEGRAMA:

Do Senhor Gil Teobaldo, Deputado da Assembléia do Estado de Pernambuco, no seguinte teor:

Em nome tradição jurídica povo brasileiro vg solicito seu empenho levantando sua voz Assembléia Legislativa seu Estado vg contra "pretendida medida reitor Universidade Federal Pernambuco" extensão Faculdade Direito Recife vg berços cursos jurídicos Brasil pt Tal medida implica desrespeito cultural nacional e afronta diversas gerações estadistas ali passaram pt — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando a inversão da Ordem do Dia marcada para hoje.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos hoje votos de profundo pesar pelo falecimento do Doutor Isac Milder ocorrido nesta data, na Capital Paulista.

O Engenheiro Isac Milder, formou-se em nossa Faculdade de Engenharia onde lecionou como Professor Titular por vários anos e participou com proficiência e brilhantismo em diversos projetos e obras de hidráulica e de saneamento no Estado do Paraná.

Com o falecimento do Doutor Isac Milder perde a engenharia nacional um dos seus mais destacados integrantes.

Requer, ainda, o subscritor do presente que deste Requerimento seja dado conhecimento à família enlutada, estabelecida à Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1815, 1.º andar — São Paulo — Capital.

Curitiba, em 15 de abril de 1974.

(a) — Borsari Netto.

Requerimento

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, um voto de congratulações ao Professor Ernesto Knauer, pela sua investitura na Presidência do Conselho Estadual da Educação, ocorrida na última sexta-feira.

Professor universitário, educador emérito, soube Ernesto Knauer, conquistar pela sua cultura, pela sua dedicação ao aprimoramento do ensino, pela larga visão que caracteriza a sua marcante personalidade, um lugar de indiscutível destaque nos meios culturais e educacionais do nosso Estado.

Ocupando o cargo de Diretor Geral da Secretaria de Educação e Cultura, realizou um trabalho dos mais significativos em prol da administração do ensino do Paraná, revelando o administrador em toda a sua verdadeira aceitação.

Coordenador no Paraná do PIPMO (Programa intensivo de preparação de mão de obra), deixou marcada a sua presença por um trabalho notável, valorizando e projetando os meios culturais paranaenses.

Requer, outrossim, que da decisão do presente, se dê conhecimento ao homenageado.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1974.

(a) — Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, REQUER na forma regimental após ouvir o Plenário, sejam enviados telegramas aos Excelentíssimos Ministros da Fazenda, Agricultura e Indústria e Comércio, no seguinte teor:

"Afim evitar colapso total e desestímulo completo entre produtores de Soja Paraná, urge fixação preços condizentes desse produto PT A continuar a presente situação não haverá produção soja próximo ano PT Atendendo apelo patético produtores solicito medidas urgentes ilustre Ministro PT".

Requeiro, outrossim, sejam enviadas pelo correio cópias de relatório que anexamos, referente ao custo da soja ao produtor.

Sala das Sessões, 16.4-74.

(a) — Paulo Poli.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da COPEL, Engenheiro Arturo Andreoli, no sentido de transmitir aquela autoridade a reivindicação e o apelo de vários Prefeitos do Sudoeste do Estado, inclusive entidades de classe e clubes de serviços como o "LYONS'S", para que a referida empresa instale a rede de energia elétrica ligando Sta. Clara até a torre de transmissão de TV de Candói, em razão de ser esse o único meio de comunicação que abrange toda a região do Sudoeste e onde a penetração de jornais e rádio é pequena.

Por outro lado, a medida virá beneficiar não só a região Sudoeste, mas também toda a região Oeste do Estado.

No momento tramita na COPEL um processo nesse sentido, pelo que vimos pelo presente insistir na sua rápida tramitação.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1974.

(a) — Lázaro Dumont.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante assina, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor João Havelange, DD. Presidente da Confederação de Desportos, ao Senhor José Milani, DD. Presidente da Federação Paranaense de Futebol e ao Senhor Presidente da Federação Carioca de Futebol, sobre a arbitragem conduzida pelo Juiz Manoel Spezin Neto, pertencente à Federação Carioca de Futebol, em jogo disputado no dia 14-4-74, em Florianópolis, SC, entre as agremiações do Atlético Paranaense e Avaí (SC), cuja peleja o aludido árbitro agiu de propósitos inconfessáveis, com incontestável má-fé, ocasionando repulsa da população e imprensa paranaense além da agremiação prejudicada, razão pela qual solicitamos energéticas e necessárias providências contra o aludido árbitro a fim de que, como a exemplo desta, não venha prejudicar de futuro outras agremiações de futebol, quer em jogos amistosos, regionais ou dentro do nacional.

Sala das Sessões, aos quinze dias do mês de abril de 1974.

(a) — Wilson Brandão.

Requerimento

O Deputado que o presente subscreve, requer na forma regimental, após ouvido o Plenário a inclusão nos Anais desta Assembleia Legislativa, do discurso proferido pelo Dr. Luiz Antônio Fayet, por ocasião da sua posse como Diretor Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná — BADEP.

Motiva a presente solicitação, a análise objetiva das cotações econômicas existentes no panorama atual de nosso Estado, muito bem definidas na oração.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1974.

(a) — Xenofonte Villanueva.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. que após ouvido o Plenário, seja encaminhado cópia do expediente anexo, da Federação das Associações Comerciais do Paraná, ao Exmo. Sr. Ministro da Indústria e Comércio, Dr. Severo Augusto Gomes e ao Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café, Camilo Calazans Magalhães.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1974.

(a) — Olavo Ferreira

Requerimento

Senhor Presidente:

Não é crítica ao Executivo afirmar que o funcionalismo público do Estado recebeu sem entusiasmo a notícia do aumento de vencimentos a partir de 1.º de março, nas bases propostas pela Mensagem Governamental ainda em tramitação nesta Assembleia. Não porque seja a majoração oferecida incoerente com a de outros anos, mas sim em virtude da situação prolongada, em que, de ano a ano, mais se distanciam os servidores do Paraná dos níveis pagos pela União aos funcionários federais.

Veja-se, por exemplo, o problema dos profissionais liberais. Ao propor-lhes uma "Gratificação de Produtividade", o Executivo consigna importâncias superiores aos próprios vencimentos básicos. Um advogado do Estado, cujos proventos pelo cargo efetivo irão para perto de mil e trezentos cruzeiros após o aumento de março, perceberá como gratificação mil e quinhentos cruzeiros, em situação absurda na qual o acessório supera o principal.

Acreditamos que, sensível como é, o Governador Emílio Gomes proponha solução em separado para os servidores ocupantes de cargos privativos de profissionais liberais. Do contrário, veremos o Estado perder a mão-de-obra qualificada de que necessita para cumprir seu destino de rápido desenvolvimento. Ninguém pode negar a evasão de nossa "intelligentsia" universitária para outros Estados ou para a iniciativa privada. Só a título de exemplo, veja-se o caso dos promotores e procuradores colocados em disponibilidade. Por uma lei especial, recebem dos cofres públicos e optaram pela advocacia particular, numa situação anômala em que o Estado paga por serviços que não recebe, tendo como única justificativa a esperança de recobrar, de futuro, a colaboração desses promotores e procuradores. Entre eles, nessa situação aberrante, está uma das culturas jurídicas mais importantes do Brasil, professor Alcides Munhoz Neto, que percebe parte dos seus vencimentos de procurador e se dedica à advocacia particular, com certeza porque os proventos da função pública sejam incompatíveis com a remuneração do seu destacado saber.

Essas considerações são entretanto, preâmbulo da motivação decisiva de nosso pronunciamento. Quando da passagem do Senhor Presidente desta Casa, Deputado João Mansur, pelo Governo do Estado, estipulou-se acordo entre Sua Excelência e o atual Governador dispondo sobre a forma em que os vencimentos do funcionalismo estadual, enfim, acompanhariam em percentual os reajustes federais, em vigência e percentual, a partir de 1976. Acatamos as motivações do acordo, e nada teríamos a falar sobre o assunto, não fosse um detalhe da Mensagem Governamental que, parece, passou despercebido à maioria, inclusive aos ilustres membros da oposição, que têm esmiuçado a Mensagem em vários pronunciamentos.

Pego vênha aos Nobres Pares para ler o Artigo Oitavo do anteprojeto e seu Parágrafo Único:

"Art. 8.º — Fica o Poder Executivo autorizado a, sempre que o Governo Federal conceder majoração geral aos vencimentos de seus funcionários, reajustar, por decreto, os vencimentos do funcionalismo estadual, até os mesmos percentuais e vigência adotados pela União, dentro das limitações orçamentárias.

"Parágrafo Único. Concomitantemente com o reajuste a ocorrer no próximo ano, com base no que dispõe este artigo, o Poder Executivo procederá com as deduções que se fizerem necessárias, a incorporação do abono provisório de que trata o art. 3.º desta Lei".

Entendi, como compromisso assumido e proposta formulada, que o Executivo pretende, objetivamente, reajustar os vencimentos do funcionalismo do Estado segundo o seguinte esquema: dez por cento de aumento a partir de março deste ano; abono de dez por cento a partir de primeiro de outubro; em 1975, incorporação desse abono e concessão de aumento paritário em quantum e vigência ao que seja deferido pela União.

Nesse plano, o Parágrafo Único do Artigo 8.º possui redação contraditória, necessitando reformulação, a menos que se pretenda armar uma burla contra os servidores, no que obviamente não cremos. E essa redação precisa ficar muito clara, porquanto sabemos que o aumento do próximo ano já não será assinado pelo atual Governador, mas pelo próximo, que não deverá se ater a compromissos, sim à letra fria da lei.

Repetindo, diz o parágrafo: "Concomitantemente com o reajuste a ocorrer no próximo ano, com base no que dispõe este artigo, o Poder Executivo procederá, com as deduções que se fizerem necessárias, a incorporação do abono provisório de que trata o art. 3.º desta lei".

Perguntamos: que deduções necessárias seriam essas?

Respondemos: deixou-se na lei uma válvula para que o Executivo possa, no momento de dar igual aumento ao proposto pela União, compensar, isto é, descontar, o percentual do abono. Nessas condições, se, por hipótese, a União aprovar vinte por cento de aumento para os funcionários federais, a partir de 1.º de março de 1975, os servidores do Paraná terão incorporados os dez por cento do abono e um aumento novo de apenas outros dez por cento. Sofrerá mais um adiamento, mais uma burla, mais um desestímulo, sem poder protestar: o então Governador meramente terá cumprido a lei. E amordada estará também esta Assembleia, pois aprovou o projeto em todos os termos.

Não acreditamos — como já foi frisado — que a redação do parágrafo expresse o pensamento do Governador Emílio Gomes. Ninguém mais do que ele se angustia pela triste posição do funcionalismo. A dubiedade da redação deve, portanto, decorrer de um lapso de assessoria, pelo que apelamos a Sua Excelência, através de Requerimento, para que autorize seu Nobre Líder nesta Casa a oferecer emenda. Do contrário, o faremos nós mesmos, propondo para o Parágrafo a seguinte redação:

"Concomitantemente com o reajuste a ocorrer no próximo ano, com base no que dispõe este artigo, o Poder Executivo procederá a incorporação do abono provisório que trata o art. 3.º desta lei, de forma que os percentuais incidam sobre os níveis obtidos como produto dessa incorporação".

Apelamos ao Senhor Líder do Governo para que consulte o Senhor Governador e formule a emenda necessária, em ação que será respaldada por Requerimento que ora encaminhamos, pleiteando, uma vez ouvida a Casa, encaminhe-se expediente ao Chefe do Poder Executivo, contendo as razões aqui expostas e, ao final, apelo para que deixe mais claros os termos da proposta de aumento, para tranquilidade de todo o funcionalismo público do Estado.

Outro lapso lamentável cometeu a assessoria do Executivo, ao omitir, na parte de que trata de "Gratificação Produtividade", ao omitir do benefício os servidores de outros Poderes, quais sejam os desta Assembleia do Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado.

Sabe-se que, hoje, qualquer benefício aos funcionários dos três Poderes depende, especificamente por implicar em aumento de despesas, de Mensagem Governamental. Ao omitir, portanto, a assessoria governamental, os profissionais liberais dos outros Poderes que não os do Executivo, cometeu injustiça, porquanto, mesmo que venha a falha a ser sanada em Mensagem independente, o tempo que levaria para apreciação viria em prejuízo de tais servidores.

Nessas condições, e aproveitando a oportunidade em que se trata do assunto, queremos também apelar a Sua Excelência, o Senhor Governador Emílio Gomes, para que sane também esse lapso, emendando, por sua liderança, o Projeto ora tramitante.

(a) — Erony Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário desta Casa, REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Dr. Alysson Paulinelli, digníssimo Ministro da Agricultura, sugerindo o seguinte:

1.º — Verificação urgente das razões que determinaram a elevação violenta dos preços dos insumos aplicados na agricultura.

2.º — Idem com relação a máquinas e implementos agrícolas, com levantamento completo para esclarecimento da possibilidade de normalização nos respectivos fornecimentos.

3.º — Obrigatoriedade, por parte de órgão Federal, de análise dos adubos e inseticidas adquiridos, mediante expedição de laudo. Só com esse requisito cumprido é que seria o produto financiado pelo Banco do Brasil.

4.º — Na hipótese de não serem encontradas razões que justifiquem a desmedida ambição de fornecedores inscrupulosos, cuja nefasta ação vem causando incalculáveis prejuízos a nossa agricultura, que seja os infratores enérgica e severamente punidos.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1974.

(a) — Rosário Pitelli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Ilustrado Plenário desta Assembleia Legislativa,

REQUER:

1.º — seja encaminhado ao Senhor Secretário do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná, Professor Belmiro Valverde Castor Jobim, expediente solicitando que, na fixação de prioridades para atuação do Governo Estadual visando a deflagração do processo de desenvolvimento sócio-econômico dos Municípios do Vale do Ribeira, ora em elaboração por aquele Órgão, seja dado ênfase à implantação da estrada de rodagem ligando os Municípios de Jaguariaíva e Antonina, neste Estado.

2.º — seja, deste expediente, encaminhadas cópias de inteiro teor aos senhores Prefeitos Municipais de Antonina e de Jaguariaíva, respectivamente.

3.º — seja, ainda deste expediente, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador Emílio Gomes, para conhecimento.

Palácio "Dezanove de Dezembro", 14 de abril de 1974.

(a) — João C. Fadel

JUSTIFICATIVA

Quando da realização do Seminário de Estudos para desenvolvimento dos Municípios do Litoral e do Vale do Ribeira, efetivado na primeira quinzena do mês de fevereiro do ano em curso, defendemos no Plenário daquele conclave a necessidade de implantação de uma estrada de rodagem ligando os Municípios de Jaguariaíva e Antonina, apresentando, na oportunidade, dados técnicos e pequeno estudo sobre a viabilidade econômica do Projeto.

A proposição foi recebida com unânime apoio de todos os representantes municipais ali presentes e, depois, ainda recebemos dezenas de expedientes de entidades de classe, patronais e sindicais, para que não deixássemos de continuar a luta para que a idéia prosperasse e fosse concretizada a velha aspiração dos moradores dos Municípios a serem beneficiados com a construção da rodovia.

O Exmo. Sr. Governador Emílio Gomes, presente ao Seminário, também houve por bem solidarizar-se com nossa proposição e, usando da palavra, chegou mesmo a declarar entender ser mais que oportuna a iniciativa, pelo que determinaria em seguida aos órgãos técnicos do governo o estudo das medidas necessárias à sua consecução.

Chega agora a nosso conhecimento que o Exmo. Sr. Secretário do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná estaria orientando a elaboração do Relatório Final referente àquele Seminário, devendo constar no mesmo o estabelecimento de uma escala de prioridades das proposições, com atendimentos a curto, médio e longo prazos. Havendo a proposição de nossa autoria sido recebida à unanimidade e estando mais que provado que os meios de

transporte e comunicação situam-se entre os primordiais da infra-estrutura que suporta o processo de desenvolvimento comunitário dado os inegáveis reflexos de ordem econômica, entendemos ser oportuno este nosso Requerimento, que há de ser recebido pelo Exmo. Sr. Secretário do Planejamento e Coordenação Geral como uma contribuição espontânea de nossa parte à colimação dos altos objetivos colimados pelo Órgão do qual é ilustre Titular.

Os nobres Deputados também certamente assim o entenderão e saberão dar seus necessário e honroso apoio ao presente Requerimento.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Assembléia Legislativa.

REQUER :

1.º — seja encaminhado expediente ao Sr. Dr. Renato Johnsonn, DD. Diretor-Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR —, solicitando-lhe haja por bem determinar ao Setor competente daquele Órgão a realização de estudos visando a extensão da linha telefônica da sede do Município da Lapa à sede do Distrito de Mariental, ao qual pertence.

2.º — seja, desta decisão, encaminhada cópia autêntica de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador Emílio Gomes, para conhecimento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 14 de abril de 1974.

(a) — João C. Fadel

JUSTIFICATIVA

O Distrito de Mariental é o mais importante de todos quantos integram o Município da Lapa, quer por sua atividade econômica que tem alta significação regional, quer pelo expressivo índice demográfico que o situa entre os mais progressistas de sua categoria. Não obstante, até o presente aquela população está completamente isolada no que se refere à comunicação imediata com o Município-Sede com outros lugares, porquanto não dispõe o Distrito de Mariental de linha telefônica, o que vem causando transtornos facilmente identificáveis por todos quantos se preocupam com o bem estar dos residentes em pequenas localidades agrícolas.

Na gestão do saudoso Governador Parigot de Souza a COPEL houve por bem estender a linha de iluminação pública e particular até aquele Distrito que, por si só, mais acentuou o surto de progresso local e veio demonstrar que a presença do Poder Público no atendimento de justas reivindicações de comunidades interioranas, além de ter um sentido social é rentável quanto à parte econômica, havendo retorno do investimento em pouco tempo após a entrada em operação da unidade instalada. Cremos que a TELEPAR poderia, sem pesado ônus para seu plano de desenvolvimento do sistema de comunicações que vem implantando com notável dinamismo em todo o Estado, programar a extensão da linha telefônica da sede do Município da Lapa até a sede do Distrito de Mariental e promover em seguida a execução do serviço para o qual, certamente, não haverá maiores obstáculos de ordem técnica porquanto próximo àquele Distrito já estão implantados os postes das linhas de transmissão que servem os Municípios mais ao sul do Estado.

Os nobres Deputados certamente compreenderão a oportunidade desta iniciativa e darão à mesma seu honroso e indispensável apoio que transformar-se-á em benefício direto a ponderável parcela da população paranaense.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Assembléia Legislativa,

REQUER :

1.º — seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes do Paraná, solicitando-lhe haja por determinar a realização de serviços de alargamento, terraplanagem e ensaibramento, da estrada que liga o Município de Antonio Olinto - Pr., à Rodovia do Xisto.

2.º — seja, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor aos Exmos. Srs. Prefeito Municipal e vice-Prefeito, respectivamente, de Antonio Olinto-Pr.

3.º — seja, ainda, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador Emílio Gomes, para conhecimento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 14 de abril de 1974.

(a) — João C. Fadel

JUSTIFICATIVA

O Município de Antonio Olinto atravessa atualmente notável surto de progresso no setor agrícola e na indústria extrativa, estando estabelecido um fluxo contínuo de veículos transportadores daquela produção para os grandes centros consumidores. Não obstante, a estrada que possibilita tal escoamento e que liga a sede do Município à Rodovia do Xisto, embora seja vital para a economia regional, encontra-se em péssimo estado de conservação, ou melhor, encontra-se relegada ao abandono, pois não há conservação de espécie alguma com o leito de rolamento praticamente impossível de ser percorrido dado ao número avultado de depressões e crateras agravado este fato pela circunstância de ser aquela estrada, na maior parte de seu percurso, demasia-do estreita, não permitindo o cruzamento de veículos em sentido contrário ou mesmo a ultrapassagem a menos que uma das viaturas destrua algumas plantação que lhe fica à margem. Além do mais, o leito da estrada é de simples terra, nunca lhe foi aplicado nenhum tipo de revestimento e não contando com valeamento para captação e escoamento das águas pluviais nas partes mais baixas da mesma, quando ocorre pequena precipitação pluvial, há estagnação de água, ficando tais locais inultrapassáveis pelas viaturas.

Sabemos perfeitamente que o Exmo. Sr. Secretário dos Transportes foi recém empossado naquele Órgão e que, assim, não terá tido ainda, necessariamente, conhecimento do problema e, porisso, não pode ser responsabilizado por sua ocorrência. Assim, o presente Requerimento tem também o sentido de alertar o ilustre Titular dos Transportes do Paraná para uma situação crônica naquela região qual seja, a do total e completo abandono das estradas vicinais no que se refere a reparos e conservação por parte do setor responsável.

O Município de Antonio Olinto, dada a precariedade do estado em que se encontra a estrada que o liga à Rodovia do Xisto, encontra-se virtualmente isolado do contexto econômico do Estado, fato tanto mais injustificável se tivermos presente ao espírito que o Governo do Estado vem de dar notável impulso à industrialização intensiva da cidade com a recente inauguração da rede de energia elétrica resultado da gestão profícua do Governador Emílio Gomes em favor das comunidades interioranas.

Os nobres Deputados certamente concordarão com a oportunidade deste Requerimento e darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Assembléia Legislativa,

REQUER :

1.º — seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. General Mário Carneiro Portes, DD. Secretário da Segurança Pública, sugerindo-lhe haja por bem determinar realização de estudos visando autorizar o Instituto de Identificação firmar convênio com empresa particular, para que proceda em Municípios do interior do Estado o serviço de identificação civil, com o fornecimento da competente Cédula de Identidade.

2.º — seja, desta decisão, encaminhada cópia autêntica de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador Emílio Gomes, para conhecimento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 14 de abril de 1974.

(a) — João C. Fadel

JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Segurança Pública do Paraná, sob a esclarecida gestão do General Mário Carneiro Portes vem, de há muito, sofrendo uma série de radicais transformações nos seus diversos setores, com o superior objetivo de adequar àquele Órgão à perfeita execução de suas responsabilidades.

Ainda há pouco o ilustre Titular da Segurança Pública falando à imprensa destacou a dinâmica na renovação do pessoal com o aproveitamento em seus quadros de apenas pessoas qualificadas em concurso de provas e títulos que vêm sendo realizados com certa regularidade para provimento de cargos técnicos ou não. Não obstante e em que pese a notável dedicação do quadro funcional da Secretaria de Segurança Pública alguns setores da mesma ainda não atingiram aquele grau almejado de atendimento ao público, especialmente no que se refere à demora para obtenção de cédula de identidade junto ao Instituto de Identificação do Paraná.

Temos para conosco que isto se deva talvez não só aos entraves de ordem burocrática como e principalmente, ao número avultado de partes que deve ser atendido, pois que hoje, até por uma imposição de segurança pessoal, todo cidadão maior deve trazer consigo sempre sua cédula de identidade, aliando-se a todos estes fatores, a exiguidade de postos de identificação em funcionamento para atendimento público.

Entendemos, porisso, que nossa sugestão possa ser recebida ao menos como ponto de partida para estudos que vise solucionar o angustiante problema de obtenção da Cédula de Identidade pela parte interessada, sendo de salientar-se que a solução que alvitramos não é nova nem inédita, eis que outros órgãos da administração pública — DETRAN, para exame psicotécnico; Secretarias de Estado, para serviços de limpeza e conservação; Banco do Brasil, para serviços de guarda e vigilância; Instituto de Previdência Social, para serviços médicos-hospitalares; Tribunal Regional Eleitoral, para qualificação de eleitor, enfim, diversos outros que não nos ocorre, tem firmado convênios, após devidamente autorizados por lei especial, com firmas e empresas particulares para atendimento de setores importantes das respectivas estruturas administrativas e sempre com os melhores resultados.

Evidentemente, haverá sempre quem invoque a questão da segurança nacional e outros argumentos que devem ser ponderados contra a adoção da medida proposta, mas a isso pode-se responder que caberá à Secretaria da Segurança Pública, e lhe interessar a solução alvitrada, encontrar os meios e os modos de garantir alta eficiência do serviço dentro do mais elevado padrão de segurança, como o DETRAN encontrou para as firmas que executam o exame psicotécnico e o Banco do Brasil para aquelas que lhes prestam serviços de guarda e vigilância, inegavelmente também do interesse da segurança nacional.

Os nobres Deputados certamente concordarão com a oportunidade deste Requerimento e darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Deputados.

"Não é crítica ao Executivo afirmar que o funcionalismo público do Estado recebeu sem entusiasmo a notícia do aumento de vencimentos a partir de 1.º de março, nas bases propostas pela Mensagem Governamental, ainda em tramitação nesta Assembléia. Não porque seja a majoração oferecida incoerente com a de outros anos, mas sim em virtude da situação prolongada, em que, de ano a ano, mais se distanciam os servidores do Paraná dos níveis pagos pela União aos funcionários federais.

Veja-se, por exemplo, o problema dos profissionais liberais. Ao propor-lhes uma "Gratificação de Produtividade", o Executivo consigna importâncias superiores aos próprios vencimentos básicos. Um advogado do Estado, cujos proventos pelo cargo efetivo irão para perto de mil e trezentos cruzeiros após o aumento de março, perceberá como gratificação mil e quinhentos cruzeiros, em situação absurda na qual o acessório supera o principal.

Acreditamos que, sensível como é, o Governador Emílio Gomes proponha solução em separado para os servidores ocupantes de cargos privativos de profissionais liberais. Do contrário, veremos o Estado perder a mão-de-obra qualificada de que necessita para cumprir seu destino de rápido desenvolvimento. Ninguém pode negar a evasão de nossa "intelligentsia" universitária para outros Estados ou para a iniciativa privada. Só a título de exemplo, veja-se o caso dos promotores e procuradores colocados em disponibilidade. Por uma lei especial, recebem dos cofres públicos e optaram pela advocacia particular, numa situação anômala em que o Estado paga por serviços que não recebe, tendo como única justificativa a esperança de recobrar, de futuro, a colaboração desses promotores e procuradores. Entre eles, nessa situação aberrante, está uma das culturas jurídicas mais importantes do Brasil, professor Alcidez Munhoz Neto, que percebe parte dos seus vencimentos de procurador e se dedica à advocacia particular, com certeza porque os proventos da função pública sejam incompatíveis com a remuneração do seu destacado saber".

Essas considerações, Sr. Presidente, serviram de preâmbulo para uma conversa que mantive com V. Exa. quando V. Exa. ocupava com raro brilhantismo o exercício da Governança do Estado. Naquela oportunidade, e dando destaque ao Decreto, à Mensagem do Professor Parigot de Souza, que propunha um aumento de 12% aos servidores estaduais, naquela oportunidade, a revolta era generalizada, não só por parte da unanimidade desta Casa, com exceção naturalmente do nobre Deputado Líder do Governo, na época Deputado Cândido Martins de Oliveira. Mas, todos os Srs. Deputados revoltaram-se e com justiça pela ínfima percentagem de aumento que se propunha aos servidores estaduais.

Naquela oportunidade, dirigi-me pessoalmente ao Presidente desta Casa, então no exercício da Governança do Estado e S. Exa. em estudo que procedeu com a já então formada assessoria do atual Governador Emílio Gomes chegou a uma conclusão que o Governo iria ratificar a Mensagem do Professor Parigot de Souza; não poderia ser diferente, concedendo apenas 12% de majoração dos vencimentos em outubro do ano passado e que a partir de 1.º de

março mandaria uma Mensagem concedendo mais 10% de aumento; na mesma Mensagem, estipulava um abono a partir de outubro na ordem de mais 10% e que em março de 75 mandaria a Mensagem equiparando o aumento que fosse concedido pelo Governo da União aos funcionários federais. Até aqui nada há a opor. O Governador Emílio Gomes cumpriu a palavra empenhada pelo então Governador João Mansur. A Mensagem está tramitando na Casa exatamente nos moldes acordados em outubro do ano passado entre o Governador em exercício e o futuro Governador, Emílio Gomes.

Entretanto há uma redação, a redação do artigo 8.º que nos deixa com uma grave dívida. Não sei se o funcionalismo não vai entrar "pelos canos" em março de 75!

Diz o artigo 8.º: "Fica o Poder Executivo autorizado a, sempre que o Governo Federal conceder majoração geral aos vencimentos de seus funcionários, reajustar, por decreto, os vencimentos do funcionalismo estadual, até os mesmos percentuais e vigência adotados pela União, dentro das limitações orçamentárias".

Aqui nos deixa em dívida o parágrafo único do artigo 8.º, que diz: "Concomitantemente com o reajuste a ocorrer no próximo ano, com base no que dispõe este artigo, o Poder Executivo procederá com as deduções que se fizerem necessárias, a incorporação do abono provisório de que trata o art. 3.º desta lei".

Ora, entendi como compromisso assumido e proposta formulada, que o Executivo pretende, objetivamente reajustar os vencimentos do funcionalismo do Estado segundo esquema a que me referi há pouco.

Neste plano o parágrafo único do artigo 8.º possui redação contraditória, necessitando reformulação, a menos que se pretenda armar uma burla contra os servidores, no que obviamente não cremos, dado o conhecimento que temos da personalidade do Governador Emílio Gomes. Mas essa redação precisa ficar muito clara, porquanto sabemos que o aumento do próximo ano já não será assinado pelo atual Governador. Se o fosse não estaria nesta Tribuna porque conheço S. Exa. sabendo que é um homem decente, sensível aos problemas do funcionalismo, e tenho certeza de que passaria como mero lapso de redação. Mas o aumento do próximo ano deverá ser assinado pelo futuro Governador do Estado, que deverá ater-se à letra fria da lei e não a compromissos.

Repetindo, diz o parágrafo: "Concomitantemente com o reajuste a ocorrer no próximo ano, com base no que dispõe este artigo, o Poder Executivo procederá, com as deduções que se fizerem necessárias, a incorporação do abono provisório de que trata o art. 3.º desta lei".

Perguntamos, que deduções necessárias seriam essas? Não entendemos. Não há que fazer deduções. Deduzir é subtrair. Se pegarmos na letra fria da Mensagem, vão subtrair do abono o percentual a ser concedido em março de 75. Para mim deduzir é subtrair. Não há outro sinônimo.

Deixou-se na lei uma válvula para que o Executivo possa, no momento de dar igual aumento ao proposto pela União, compensar, isto é, descontar, o percentual do abono.

Nessas condições, se, por hipótese, a União aprovar vinte por cento de aumento para os funcionários federais, a partir de 1.º de março de 1975, os servidores do Paraná terão incorporados os dez por cento de abono e um outro aumento novo de apenas dez por cento. E sofrerá mais um adiamento, mais uma burla, mais um desestímulo, sem poder protestar. O então Governador meramente terá cumprido a lei. E amordaçada estará também esta Assembléia pois aprovou o projeto em todos os termos.

Não acreditamos, como já foi frisado, que a redação do parágrafo expresse o pensamento do Governador Emílio Gomes. Ninguém mais do que ele se angustia pela triste posição do funcionalismo. A dubiedade da redação deve, portanto, decorrer de um lapso de assessoria, pelo que apelamos a S. Exa., através de Requerimento, para que autorize seu Nobre Líder nesta Casa a oferecer Emenda.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que está esgotado o tempo regimental.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Solicito dois minutos para concluir.

O SR. PRESIDENTE — O prazo é improrrogável.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para concluir, Sr. Presidente, "concomitantemente com o reajuste a ocorrer no próximo ano, com base no que dispõe este artigo, o Poder Executivo procederá a incorporação do abono provisório que trata o artigo 3.º desta lei, de forma que os percentuais incidam sobre os níveis obtidos como produto dessa incorporação". Não tem que dizer mais nada. É só isso, porque, se procedermos de outra forma estará se deixando uma válvula para burlar o funcionalismo.

Outra coisa, quando se deu uma gratificação de produtividade a muitos funcionários liberais do Executivo, esqueceu-se dos outros Poderes, Assembléia Legislativa, Poder Judiciário e Tribunal de Contas. Porque nós sabemos que quando sobe alguma coisa para o advogado do Poder Executivo, sobe também para o da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Contas e do Poder Judiciário. A Lei é igual para todos, é um princípio da própria Constituição.

Então, apelo ao Sr. Governador do Estado que mande, a esta Casa, uma Mensagem estendendo a todos os funcionários liberais a gratificação de produtividade.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, segundo orador inscrito.

O SR. XENOFONTE VILLANUEVA — (Lendo): Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Segunda-feira passada, tivemos a oportunidade de comparecer à solenidade de posse da nova Diretoria do Banco de Desenvolvimento do Paraná — BADEP — esta extraordinária instituição onde se forjaram e se forjam líderes conscientizados de suas responsabilidades para com o progresso de nosso Estado e o futuro de nossa Pátria.

Convivemos em breves momentos com a maioria dos responsáveis pela estrutura econômica e desenvolvimentista do Governo Emílio Gomes.

Ouvimos as palavras de Karlos Riechbieter e Afonso Alves de Camargo Neto, plenas de fé nas potencialidades de um Paraná cujo Governo está aceitando um desafio através do trabalho conjunto dos órgãos de planejamento e fomento econômico, entre os quais se destaca o BADEP, líder nacional entre os Bancos de Desenvolvimento do País.

Na antecipação de que antevemos como futuro econômico para o nosso Estado, numa escalada de economia que foi da madeira ao café, do soja ao trigo e que deverá ir de Itaipu à concentração industrial, ouvimos as palavras de Luiz Antônio Fayet, novo Diretor Presidente, que juntamente com André Zacaroski e Hilton Trevisan, compõem e dirigem o Banco, e vimos e sen-

tíamos nas palavras daquele jovem, que em si representa toda a juventude do Paraná, com os arrojos e energias próprias dela, uma imagem de ousadas perspectivas.

Por este motivo, solicito a inclusão da oração proferida na oportunidade pelo Dr. Luiz Antônio Fayet, nos Anais desta Casa, e me permito em seguida, destacar alguns trechos da mesma (Lê):

"A instalação no País de um novo período governamental, a 15 de março, embora conserve as diretrizes das administrações anteriores, traz em seu bojo enfoques e posicionamentos que caracterizam um processo de evolução, e marcam com importantes repercussões a administração e a economia de nosso Estado.

Primeiramente pela convocação de elementos de nossos quadros administrativos para cargos da esfera federal, e, paralelamente, pelas perspectivas formidáveis que se abrem em face da ênfase atribuída à melhoria da distribuição social e regional da renda, ao fim da guerra fiscal entre Estados, ao fim dos privilégios de reserva de mercado, à melhor distribuição geográfica da atividade industrial, à redescoberta da agricultura e, especialmente, às preocupações em estabelecer um comportamento de política econômica para mais longo prazo.

Essas colocações têm substancial importância porque abrem imensas perspectivas para as regiões brasileiras que, como a nossa, não constituem nem parte do pólo nem integram as chamadas regiões problema, mas possuem grandes potencialidades e dependem de um considerável esforço para sua consolidação.

Embora sem desprezar as potencialidades do Paraná, devemos assinalar que sua renda per capita ainda é inferior à média brasileira e a participação do setor industrial na formação da renda interna, no entorno de 10% é a menor na Região Centro-Sul do País.

A consciência desse fato já foi despertada e é absolutamente nítida a preocupação e a importância atribuída pelo Governo do Estado à promoção do desenvolvimento em especial pela dimensão que deu ao trabalho do BADEP, instrumento específico para promover a um novo nível a atividade econômica.

Essa missão exige muito mais do que seriedade e boa vontade, exige uma visão científica da problemática existente, experiência e uma boa dose de ousadia.

E é nesse momento do processo que assumo esta empresa, há 12 anos minha opção de vida profissional. Volto à minha casa, tranquilo por encontrá-la muito bem ajustada e numa fase esplendorosa de sua história, fruto da decisão e do apoio governamental ao seu trabalho, mas substancialmente por ter sido conduzida pela personalidade marcante de Karlos Rischbieter, profundo, tranquilo, incansável e destemido. Sua saída representa uma grande lacuna e impõe o desafio de não se perder o ritmo adquirido. Aceito com tranquilidade esse desafio porque conheço bem as dificuldades e as potencialidades deste Banco, a capacitação e a garra de sua gente, a decisão com que o Governo se empenha nesta tarefa, e especialmente pela confiança e apoio permanente do empresariado.

Foram estas as palavras que motivaram meu entusiasmo. São elas demonstrativas de uma personalidade marcada pelas responsabilidades daqueles que sabem dirigir, identificadas na mesma tempera, vivendo a mesma luta, junto àqueles a quem vai liderar, integrados em propósitos ao Sr. Governador Emílio Gomes, aos homens que hoje governam e com aqueles que virão a governar, contando com o apoio desta Assembléia que vê neles, inspiração para novos sacrifícios e estímulos para as responsabilidades que nos são delegadas. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de abordar o assunto que me trouxe à Tribuna, relacionado com a Mensagem Governamental que pretende majorar os vencimentos dos funcionários públicos do Estado, cumpre-me, em nome da família da minha sede, Pato Branco, externar desta Tribuna os sentimentos pelo infausto passamento do Dr. Sebastião Franco, Delegado Regional de Polícia e Comandante da Sub-Divisão Policial do Sudoeste paranaense, assassinado na noite da última quinta-feira, nesta Capital.

Devo, Sr. Presidente, para que a história do Paraná registre, dizer, desta Tribuna, o quanto era estimado lá nosso Delegado Regional desaparecido de maneira trágica e tão prematuramente.

No instante, em que fazemos este registro, para significar o apreço, o carinho e a amizade que lhe dedicava toda a população daquela região, queremos dizer que confiamos na ação dinâmica e urgente das autoridades policiais de nosso Estado no sentido de identificarem e prenderem o autor de tão bárbaro assassinato não somente para dar uma satisfação à opinião pública, que não pode ficar a mercê de que acontecimento como esse venha a se repetir, mas, para dar uma satisfação que, talvez, trará um pouco de conforto à viúva Terezinha Franco que tem passado por sofrimentos que é impossível expressar através de palavras.

Era o registro que nos cabia fazer, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos atentamente o que disse o Sr. Deputado Erondy Silvério quando fez uma rápida análise, e não poderia ser de outra forma porque o Pequeno Expediente é limitado em apenas cinco minutos; o que temos a dizer é que este Deputado, com o Presidente João Mansur, têm mantido contato permanente com o Governador do Estado procurando sensibilizar S. Exa. no sentido de que estenda os benefícios constantes dessa Mensagem para os servidores dos demais Poderes.

Outra reivindicação, Srs. Deputados, levada por nós a S. Exa. foi a pretendida fixação da gratificação de produtividade aos médicos funcionários públicos do Paraná que, segundo entendemos, sofrem uma discriminação em relação aos demais detentores de diploma de curso superior.

S. Exa. deverá remeter a esta Casa, possivelmente esta semana, nova Mensagem na qual solicitará a alteração total do art. 3.º da Lei 6.156. Nesta nova Mensagem o Governador atribuirá aos membros da Magistratura, do Ministério Público, Juizes de Direito, Promotores, Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas uma gratificação de produtividade. No caso específico dos médicos a Mensagem original fixava a gratificação de produtividade em Cr\$ 750,00 e para os cirurgiões dentistas em Cr\$ 700,00. Na nova Mensagem os profissionais referidos, que comprovadamente não acumularem cargos públicos do mesmo curso, poderão perceber a gratificação em dobro do valor ali proposto enquanto perdurar aquela situação. Quer dizer que o médico passará a perceber uma gratificação de Cr\$ 1.500,00, o cirurgião dentista de Cr\$ 1.400,00 e os enfermeiros de Cr\$ 1.300,00. Estes casos que eram de difícil solução e que representavam uma discriminação o Governador do Estado os estará corrigindo através de nova Mensagem que poderá ser chamada

de Mensagem Complementar àquela que já se encontra nas Comissões Técnicas da Casa.

Quanto à redação do parágrafo único do art. 8.º, aqui referido pelo Deputado Erondy Silvério, foi objeto de discussões junto com o Sr. Governador do Estado e com o Sr. Secretário dos Negócios do Governo; continua em pauta a pretendida extensão do benefício aos profissionais liberais à Assembleia Legislativa do Estado, no Tribunal de Contas, no Tribunal de Justiça, muito embora, eu deva confessar os argumentos do Sr. Governador do Estado, no tocante ao volume, à soma, à importância, ao valor dispendido mensalmente com o funcionalismo público está na ordem de quase 60%, quase que a impedir o Governador do Estado, que pretende atender as reivindicações dos Srs. Deputados, quase que o impedindo de assim proceder mas, haverá de fazê-lo, desde que a Comissão de Alto Nível, composta pelos Srs. Secretários da Fazenda, Secretário do Planejamento e Secretário do Governo, lhe garanta que haverá suporte para tanto, sem que haja necessidade para um reestudo do programa de obras que já tem, neste exercício, uma soma significativa de 140 milhões de cruzeiros a terem que ser reaplicados, redistribuídos para suplementar a folha de pagamento do funcionalismo público.

São válidas as solicitações dos Srs. Deputados, como é válida e oportuna a reivindicação do Deputado Erondy Silvério — todavia, na medida do possível o Presidente desta Casa e nós mesmos dentro das nossas limitações temos procurado dialogar com o Sr. Governador do Estado, e ele não tem se furtado ao diálogo, tanto que, a Mensagem suplementar já corrigiu algumas distorções existentes na Mensagem original.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O tema é o aumento para o funcionalismo público, e não poderíamos deixar, na oportunidade, de manifestarmos também a preocupação que estamos encontrando no Interior do Paraná, por parte de milhares de servidores que não são nomeados, não são efetivos e que buscam junto ao Governo do Estado um vencimento mais justo, mais adequado para as horas difíceis em que vivemos no nosso País, como consequência do custo de vida.

Terá, o professor suplementarista, um aumento no prego de sua aula, para 17 cruzeiros e 20 centavos, mas no momento em que o Governo do Estado conceder o abono para o funcionalismo, já o suplementarista e o pessoal não efetivo não perceberá esta vantagem. Desde já os suplementaristas estão preocupados e inquietos, e gostariam que o Sr. Líder do Governo transmitisse, ao Sr. Governador do Estado, a preocupação daqueles que não tiveram ainda o privilégio de fazerem concurso, serem nomeados, não apenas como professores, mas, também inúmeros outros servidores, destacando-se a classe de serventes contratados. Então o aumento é pequeno e esta classe não poderá receber os benefícios do abono, e certamente estará havendo mais uma grande injustiça com o quadro suplementar do Estado. E o objetivo da nossa vinda à Tribuna, é lamentar profundamente a ingerência de políticos no ensino do Paraná. Existe um colégio em Londrina, Colégio Vicente Rige, de tradição, pioneiro daquela cidade, colégio que conta com milhares de alunos ali matriculados e onde a ingerência de maus políticos está prejudicando sensivelmente o bom andamento daquele colégio. Defendemos o direito do político fazer política, mas não dentro do Ensino, e vemos no Colégio Estadual Vicente Rige, de Londrina, foi feita uma lista para designação do futuro diretor daquele estabelecimento, porquanto a atual Diretora já colocou o seu cargo à disposição, desde o final do ano passado. Foi elaborada uma lista enviada para Curitiba e esta lista teria sido vetada sob a alegação de que alguns professores que dela constam, são elementos vinculados ao MDB, e não podem portanto ocupar cargo de direção no Colégio Estadual Vicente Rige. Não sabemos a formação, a ideologia política dos professores indicados, mas temos certeza que se um deles fosse escolhido, certamente não usaria o seu cargo de diretor para fazer politicagem porque o que está sendo feito dentro do Colégio Vicente Rige, é um desrespeito às tradições de Londrina, ao direito do Professor, de escolher livremente aquele que deve ser o seu diretor. Até parece brincadeira, os professores se reuniram, elaboraram uma lista, vem para Curitiba e de repente, não é escolhido nenhum da lista, sob alegação de que são elementos ligados ao MDB.

Entendemos que o Governo do Paraná não pode permitir que esta situação continue na cidade de Londrina. A Diretora está respondendo pela Direção a seu contragosto, e ela informou que se não for escolhida a sua substituta com urgência, acaba abandonando o cargo. Portanto, Sr. Líder do Governo, é o apelo que fazemos a V. Exa. para que juntamente com nossos companheiros, Olavo Ferreira e Lázaro Dumont, que são da ARENA de Londrina, são eles de uma outra ARENA. Porque existem lá as diversas correntes políticas e eu tenho certeza, que nem mesmo estes dois Deputados foram consultados para a prática deste abuso, contra os mestres, alunos e contra o Ensino de Londrina e do Paraná. É realmente um ato indigno daqueles que assim procedem, publicar uma lista em benefício de um jogo sujo. Gostaria que este apelo chegasse até S. Exa. o Sr. Governador para que seja escolhido um professor, independente de sua cor política ou religiosa, mas que seja escolhido um professor que queira trabalhar pela causa do desenvolvimento da Educação de Londrina e do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A mesa registra com satisfação a presença no Plenário do Deputado Federal, João Vargas de Oliveira.

Está encerrado o Pequeno Expediente. Passaremos ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria inicialmente de fazer minhas as palavras do nobre Deputado Erondy Silvério, a respeito das observações hoje trazidas a esta Casa, com relação à Mensagem do Sr. Governador do Estado. Mas, ao mesmo tempo, gostaria de congratular-me também com o Líder do Governo que trouxe a notícia de que o Sr. Governador, sensível a sugestões apresentadas pelo Líder do Governo e pelo Presidente desta Casa, pretende mandar uma Mensagem complementar, a fim que sejam atendidas todas as pretensões do funcionalismo público estadual.

Sr. Presidente, hoje o Deputado Erondy Silvério e o nosso Líder do Governo deram uma demonstração de que a situação dos Deputados da ARENA também estão seriamente preocupados com o problema; porque em certa oportunidade ouvi um Deputado dizer de que cabe apenas à Oposição trazer as críticas e à Situação apenas aplaudir. Hoje o que nós vimos foi dois ilustres Deputados, inclusive o próprio Líder, fazerem observações ou críticas, ou como queiram, críticas construtivas, e mostrando as gestões, os contactos que

estão sendo feitos junto ao Sr. Governador do Estado, mostrando a preocupação de toda uma Bancada da ARENA para que as reivindicações as mais justas do funcionalismo público estadual sejam atendidas.

Portanto, não sobem os Deputados da ARENA à Tribuna apenas para aplaudir. E quando aplaudimos é porque já muitas vezes fizemos inúmeras e algumas dezenas de vezes gestões junto ao Governador e aos Secretários de Estado e aplaudimos as reivindicações feitas por nós e atendidas.

Portanto, Sr. Presidente, as minhas congratulações ao Líder do Governo e às observações construtivas do nobre Deputado Erondy Silvério.

Nobre Deputado Antônio Belinati, gostaria de responder praticamente um aparte de V. Exa. Acredito que também seja este o pensamento do Deputado Lázaro Dumont. Realmente o que se passa em Londrina nós não temos conhecimento. Não fizemos nunca isso, porque sempre respeitamos o Magistério. Admitimos sim, uma colaboração do Deputado ao Ensino mas nunca uma ingerência indevida. O que está havendo, lamentavelmente no meu Município, é uma psicose de emedebê. Parece que todo mundo é emedebê. Lamentavelmente podia dizer que Londrina não é emedebista, não é. Por acaso, os Prefeitos têm sido do MDB; mas ela é inteiramente da ARENA e se alguns erros aconteceram em Londrina, é porque Londrina arenista não soube se conduzir como devia se conduzir, lamentavelmente.

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Olavo Ferreira, se nós invocamos o nome de V. Exa. é porque V. Exa. ao nosso lado e ao lado do Deputado Álvaro Dias e do Deputado Lázaro Dumont, temos lutado em prol da nossa cidade. V. Exa. sei perfeitamente, foi procurado por ocasião de desordens do Grupo Escolar Willy Dawis, quando mais de 10 mil pessoas se manifestaram contra a escolha de uma Diretora alheia ao ensino de Londrina e àquele estabelecimento de ensino. Mas acabou prevalecendo interesses extras e nunca a vontade das professoras, dos pais de alunos e mesmo de V. Exa. que estava ao lado daqueles professores, ao lado do Estabelecimento Willy Dawis. E V. Exa. teve um comportamento de equilíbrio, porque mostrou que estava agindo dentro da sua tradição política e nós só podemos elogiar o seu comportamento, só sabemos que esse comportamento difere agora, com referência ao caso do Colégio Vicente Rige, esse comportamento não condiz com o espírito de V. Exa. que é um homem público, que é um homem da ARENA, do Governo e, portanto, deveria participar de um episódio como esse para evitar que o Governo se visse colocado em má situação, e, quem sabe, evitar a revolta do próprio magistério em vista de ter sido preterido. Existe uma ARENA que não se detém e que se considera dona absoluta da liderança de Londrina, faz e desfaz, chocando até seus próprios correligionários.

O SR. OLAVO FERREIRA — Perdoe-me, nobre Deputado, mas em Londrina, existe uma só ARENA. Lamentavelmente, existem vários elementos que, não tendo conhecimento do setor educacional, às vezes, comete enganos. E enganos, nobre Deputado, são perfeitamente aceitáveis, desde que depois se procure corrigir. O que não aceito é a persistência dos erros. Acho que elementos da ARENA de Londrina conhecem o setor educacional e nunca cometeram determinadas injustiças. Já tive a honra, nobre Deputado, de ter, durante muitos anos, a responsabilidade — vamos assim dizer — responsabilidade política de Londrina. E creio que tenho a consciência tranquila, nunca cometi uma injustiça no setor educacional, porque sempre olhei com o maior respeito o Magistério, porque não é perseguindo que se conquista quem quer que seja. Foi dessa maneira, Sr. Deputado, que consegui angariar muita simpatia, muita amizade, no meio do Magistério. E como V. Exa. sabe, sou homem do Governo, mas já disse desta Tribuna que não concordo com o que se está fazendo em minha cidade. Não existem várias Arenas, existe uma só, mas existe uma parte da ARENA que não concorda com determinados atos, porque não está sendo consultada.

O Sr. Álvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, apenas me oporia a uma assertiva de V. Exa., neste seu pronunciamento, com o qual não concordo absolutamente. V. Exa. afirmou que Londrina é inteiramente da ARENA, não concordamos com V. Exa. Porque, se assim fosse, aqui não estaria, nem o Deputado Antônio Belinati, fomos eleitos pelo povo.

O SR. OLAVO FERREIRA — É força de expressão.

O Sr. Álvaro Dias — O Prefeito de Londrina e a maioria da Câmara de Vereadores é do MDB. Portanto, não sei como possa V. Exa. fazer tal afirmativa. Mas entendo que esse não é o momento de se falar em partidos, Londrina está colocada acima de qualquer partido. Mas, devo dizer que episódios desta natureza se repetem em Londrina, no setor educacional, e fizeram com que nos manifestássemos, por diversas vezes, nesta Assembleia. Poderia citar o caso da nomeação de um médico ortopedista para o IPE em Londrina, após a sua aprovação plena do Conselho do IPE, o médico foi rejeitado com a única alegação de ser amigo de Deputado do MDB. Lamento, profundamente, ter sido o causador desse episódio. E no setor educacional nos insurgimos contra aqueles que procuram se prevalecer de uma posição política para interferir preferencialmente. É o caso da nomeação de um Diretor de Escola. Em outra oportunidade no Grupo Willy Dawis ocorreu a mesma coisa. Quer me parecer, Deputado Olavo Ferreira, que está sendo a ARENA de Londrina mal dirigida porque em vez de procurar, através da influência que tem como órgão partidário do Governo, beneficiar o Município de Londrina, através desta atitude simplesmente o prejudica, colocando acima dos interesses da comunidade os interesses individualistas.

O SR. OLAVO FERREIRA — Nobre Deputado, agradeço o aparte e deve ter sido força de expressão porque não me passou pela idéia querer desmerecer o Partido de V. Exa. Reconheço que o MDB tem o Sr. Prefeito, tem a brilhante Bancada na Câmara Municipal majoritária e também tem dois ilustres Deputados aqui. Mas, para ser franco, quero dizer que o povo não quer ARENA ou MDB. O povo quer o benefício de sua comunidade, deseja sua tranquilidade, quer ver o seu trabalho garantido. Portanto, deve ter sido a força de expressão, quando falamos desta maneira. V. Exa. sabe perfeitamente que não estamos de acordo, estamos inteiramente em desacordo com o que está acontecendo.

Concedo o aparte ao Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — Deputado Olavo Ferreira, V. Exa., bom tribuno que é, na verdade hoje não se encontra em seus melhores dias. A afirmativa que V. Exa. atribui à força de expressão, demonstra isto. V. Exa. afirmou que o Prefeito eleito de Londrina é MDB por acaso. Conheço muito bem Londrina e presto minhas homenagens ao seu povo, que é um povo esclarecido.

É um setor universitário de maior expressão em nosso Estado. Jamais atribuiria ao povo de Londrina o voto inconsciente, um voto sem conteúdo ideológico. Foi o aparte do Deputado Álvaro Dias aquele que eu queria dar a V. Exa. e que apenas deixei de fazê-lo porque quando o Deputado Antônio Belinati apartava V. Exa. disse que eu seria contemplado generosamente com um aparte de V. Exa., mas, terminado o aparte do Deputado Antônio Belinati,

o Deputado Alvaro Dias pediu o aparte e V. Exa. transferiu o meu para depois ainda. Desta forma acho que a atuação de V. Exa., sempre correta da Tribuna, neste dia não é das mais gloriosas.

O SR. OLAVO FERREIRA — Parece que não houve intenção de preterir V. Exa., tanto é que tinha a impressão de que o Deputado Alvaro Dias tinha solicitado primeiro. Logo em seguida concedemos a V. Exa. Nunca nesta Tribuna, em 10 anos que aqui estamos, negamos a quem quer que seja um aparte porque todos os deputados merecem de nossa parte o maior respeito, mantendo o diálogo, se assim for necessário. Por isso, se por ventura o ofendi desta Tribuna, peço minhas desculpas porque não foi absolutamente com intenção de querer ofender ou preterir, que nós não lhe concedemos o aparte na devida oportunidade.

O sr. Sebastião Rodrigues Júnior. — V. Exa. permite, apenas para dizer a V. Exa. que fiz menção ao caso, para justificar praticamente o fato de que eu não faria o aparte, porque o Sr. Deputado Alvaro Dias já havia respondido a V. Exa. aquilo que eu pretendia dizer. Essa minha justificativa, para um aparte que não devia existir, que era o meu, e fiz menção ao fato, apenas como justificativa minha.

O SR. OLAVO FERREIRA — Recebo a observação de V. Exa. e terei muito cuidado em prestar atenção àqueles que me solicitarem apartes, para não cometer o lapso que cometi com relação a V. Exa.

O que me traz à tribuna, além dessas duas observações, que já fizemos, é comunicar à Mesa que cumprindo determinações deste Plenário, juntamente com os Deputados Alvaro Dias e Lázaro Dumont, estivemos representando esta Assembléia na Exposição Agro-Pecuária de Londrina, com a presença do vice-governador Jaime Canet Junior e também do Presidente do IBC, sr. Camilo Magalhães.

Na última vez que estivemos nesta Tribuna, dissemos que o sr. Camilo era cearense. Cometido um engano, ele não é cearense, ele é sergipano. Tivemos oportunidade de conversar com S. Exa. um ilustre nordestino, em cujo Estado, como também no Ceará, não se planta café, mas ocupando durante muitos anos uma das Diretorias da II Região, se não me falha a memória do Banco do Brasil, foi convidado para participar da Diretoria do IBC.

Manteve S. Exa. no domingo, dia 14, na sede do IBC de Londrina, um amplo debate com os cafeicultores paranaenses e paulistas e mineiros, assim como com toda representação classista, principalmente aquela mais afeta aos problemas do café. Gostamos de sua humildade em declarar de público que não conhecia os problemas do café. Mas que, desde que indicado, tomara o café como sua própria família e a partir daquele instante, noite e dia, estudava em profundidade todos os problemas do café, para ver se dava uma colaboração efetiva nesse importante órgão autárquico federal, e procurava também encontrar as soluções mais viáveis para os problemas que hoje afetam a cafeicultura.

Nossa impressão foi a melhor possível, porque é preferível alguém que quase não entenda mas que tenha boa vontade, e procure solucionar o que muita gente que entende, agricultor quatrocentão, não conseguiu.

No fim do mês de março tivemos oportunidade de almoçar, juntamente com a Diretoria da Associação Comercial do Paraná e, naquela oportunidade, foram levantadas várias questões da Associação Comercial e da realização da 17ª Reunião Plenária da Federação das Associações Comerciais do Paraná.

Lamentamos profundamente, como Presidente da Associação Comercial de Londrina, não pudésemos ter participado dessa reunião, que foi realizada no dia 23 de março próximo passado, na cidade de Pato Branco. Mas, ali foi aprovado um memorial com estudos preliminares daquela reunião, almoço que tivemos aqui em Curitiba, e esse Memorial foi enviado ao Sr. Presidente da República, cuja cópia está em nosso poder e queremos solicitar para que, também, a íntegra desse Memorial seja enviada ao Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café, sr. Camilo Calazans Magalhães e ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, Severo Augusto Gomes. Peço venia para ler o Memorial que considero de grande importância, principalmente o tópico que foi aprovado e que considero como uma das medidas salvatórias da cafeicultura brasileira, notadamente paranaense.

(Lendo): "A Federação das Associações Comerciais do Paraná, em sua 17ª Reunião Plenária, realizada no dia 23 do corrente, na cidade de Pato Branco, resolveu, por unanimidade do seu Plenário, apresentar à Vossa Excelência o memorial que, com a devida venia, abaixo transcrevemos.

Profundamente preocupada com a visível degradação em que se encontra a lavoura cafeeira do Paraná, com o abandono sistemático da atividade por cafeicultores tradicionais, e com o futuro sombrio que se desenha para a importante atividade econômica do nosso Estado, as Associações Comerciais do Paraná, ve na presença de Vossa Excelência para apresentar-lhe as seguintes considerações e proposições:

1. Nos últimos dois anos, com o advento da "ferrugem" que veio somar-se a inúmeros outros problemas gerados pela política de erradicação, frustrações climáticas e redução da remuneração, agravou-se o desinteresse da população rural do Paraná pelo café. Isto pode ser observado claramente pela insignificante utilização dos recursos postos à disposição da cafeicultura para novos plantios.

2. O Paraná que nos últimos tempos tem ostentado a posição de maior núcleo cafeeiro do mundo, produzindo o maior volume de divisas líquidas para o País, caminha, assim, para uma condição bastante secundária, sem que as autoridades se apercebam da gravidade que isso representa para o Brasil, especialmente porque aqui se somam dois fatores de substancial importância para o presente e futuro do café, quais sejam:

a) A inegável tradição do nosso lavrador como experimentado artífice de café, respondendo, portanto, com maior velocidade, a qualquer estímulo de aumento de produção;

b) Não existem em qualquer lugar do Brasil ou do mundo terras contínuas mais apropriadas para o seu cultivo que as terras paranaenses.

3. Atualmente, premidos pelo espectro da "ferrugem" e pela necessidade de melhorar seus ganhos, os nossos lavradores estão se encaminhando aceleradamente para as lavouras de ciclo curto — como é o caso da rotação soja-trigo — configurando uma perigosa tendência para a monocultura e provocando com isso o abandono total do café. Presume-se que nesta safra a produção paranaense não alcançará nem 6 milhões de sacas, contrapondo-se este número às estimativas oficiais que são superiores a 9 milhões de sacas.

4. Enquanto isso o Governo Federal vem investindo substanciais recursos para formação de novas lavouras cafeeiras em lugares a nosso entender completamente desaconselháveis tanto pela característica das terras como pela completa ausência de mão-de-obra habituada ao cultivo e trato do produto, cujas peculiaridades exigem, via de regra, vivência e relativa especialização

E enquanto assim procede, a perda de posição do Paraná vai se refletindo na também rápida perda de posição nacional no mercado cafeeiro mundial: antes do fenômeno da "ferrugem" o potencial de produção brasileira estava previsto para 19-20 milhões de sacas para uma demanda aproximada de 22 milhões e para cujo suprimento os estoques governamentais (10/12 milhões) já estavam insuficientes, prevendo-se um "déficit" acumulado de 60 milhões de sacas nos últimos 10 anos, e, o que é pior, a queda da liderança brasileira no mercado internacional, aliada, até à possibilidade de importarmos café para atender ao nosso consumo interno.

5. Agregando-se a esse quadro nada promisso a incontestável necessidade que terá o País nos próximos anos de produzir divisas para enfrentar os acréscimos de gastos na importação de petróleo e manter o desempenho do seu parque industrial com a importação de bens exigidos para sua expansão; e somando-se a isso a segurança de que nenhum produto conseguirá substituir o café como principal fonte isolada de receita cambial, e ainda, à condição do Paraná de, pela sua reconhecida vocação agrícola, ser o Estado em melhores condições no País para responder prontamente a uma política racional de aumento de produção; diante do exposto, as Associações Comerciais reunidas em Pato Branco, entendem que é urgente imprescindível e inadiável a adoção das seguintes providências por parte do Governo da União:

(Lendo Memorial): "a) Criação na área do Ministério da Agricultura, de um Departamento nos moldes em que funciona o Departamento Nacional de Endemias Rurais, para atender específica e tecnicamente o setor cafeeiro no combate às pragas e na assistência técnica permanente aos lavradores.

b) Imediato lançamento através desse mesmo Departamento, utilizando recursos do IBC-GERCA, de uma campanha nacional de combate à ferrugem, correndo seus custos por conta dos referidos organismos, uma vez que o lavrador de café, em sua maioria, não tem condições de arcar com os pesados ônus de custeio de defensivos e equipamentos para esse trabalho.

c) tornar compulsório em todas as áreas cafeeiras o combate à "ferrugem" como se fez com o neumatóide e se faz com o cancro cítrico.

d) Eliminação do confisco cambial, total ou gradualmente, mas (no último caso) com reais vantagens para os produtores e não com a transferência dessas vantagens para os compradores internacionais.

e) Estabelecimentos de novos e fortes estímulos creditícios de modo a rescender o interesse pela atividade.

f) Definição das áreas ecológicas e territorialmente adequadas ao plantio do café.

Estas, Senhor Presidente, são algumas sugestões que as classes empresariais do Paraná se animam a transmitir a Vossa Excelência neste momento de tantas apreensões por que passa a cafeicultura paranaense, cientes de que o estadista que há em Vossa Excelência saberá compreender a extensão do problema e determinar as medidas cabíveis para salvaguarda dos superiores interesses nacionais".

Sr. Presidente, este é o Memorial, e nós fizemos aqui um Requerimento para que seja também enviado ao Sr. Presidente do IBC como ao Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, Dr. Segalla Augusto Gomes; feliz Memorial enviado pelas Associações Comerciais do Paraná, seriamente preocupadas com o problema da cafeicultura brasileira, e principalmente no que diz respeito às pragas.

Acredito que o novo Presidente do IBC, homem não conhecedor do problema mas que tomou para si, no instante que assumiu tão importante posição, tomou para si a cafeicultura como sendo um membro mais novo da sua família, nós temos, nós devemos dar um crédito de confiança para que Sua Excelência sinta, como nós sentimos, o problema que aflige seriamente a cafeicultura nacional e paranaense. Acredito que ainda nesta sessão como na próxima sessão, também o nobre Deputado Paulo Poli virá a esta Tribuna para trazer um dos problemas também seríssimos da agricultura paranaense, que é o problema do soja inteiramente largado, com financiamentos baixíssimos, não podendo, aqueles que plantaram soja, aceitar o preço vil que está sendo feito pelas indústrias de soja, de beneficiamento de soja, porque, não atendem os mínimos do custeio elevadíssimo do soja, com a compra de implementos agrícolas, com inseticidas, de alubos para que se tenha uma produção gigantesca como esta que o Paraná está tendo. Lembro-me perfeitamente rum aparte que demos no passado, aqui, talvez tenha sido mesmo ao Deputado Paulo Poli que já tem, constantemente, ventilado este assunto, de que haveria necessidade de que se fizesse uma previsão, um planejamento de quanto o Brasil precisaria produzir, quando teria necessidade de exportar, quanto nós teríamos de mercado para exportação, porque dizíamos naquela oportunidade, se os Estados Unidos viessem a produzir mais de 10% da atual safra costumeira, poderá o Brasil vir a sofrer uma série de colapso na sua safra de soja e na sua venda de exportação do soja. É o que estamos vendo apesar do soja ter aumentado de preço, o óleo aumentado de preço, o produto baixou mais de 100% no ano passado, acarretando sérios prejuízos a todos aqueles que confiaram no governo. Já deveria ter um preço justo e compatível com a produção que é uma das maiores que o Paraná já teve. Portanto sr. Presidente, o pronunciamento que o nobre Deputado fará a esta Casa, será um daqueles iguais a que estamos fazendo com referência à agricultura, para que o Governo também atenda ao setor do soja e do trigo. Mas que não haja desestímulo da agricultura, porque só teremos um comércio rico, uma indústria pujante e uma exportação à altura, se tivermos alicerces de agricultura, uma agricultura farta, uma agricultura rica, uma agricultura que realmente represente toda a grandeza do nosso País. Portanto, sr. Presidente, é o apelo que faço desta Tribuna para as autoridades, como homens de governo, que atendam esta agricultura que em todos os setores mais do que nunca precisa de ajuda. É preciso ajudar este Brasil a exportar, porque o Brasil precisa de divisas, e com esta ajuda à agricultura, estaremos dando uma colaboração efetiva para que possamos diminuir este déficit da nossa balança comercial.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. Deputado Paulo Poli. V. Exa. tem 10 minutos para usar da palavra.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de iniciar o meu pronunciamento propriamente dito, teria que fazer publicamente dois agradecimentos. Um deles, é ao jornal "O Estado do Paraná" que atendendo a um apelo que pessoalmente fizemos à direção daquele vespertino, alertou os agricultores do soja, do que está ocorrendo realmente no interior, quando alguns jornais quem sabe de má fé até, vêm anunciando em manchete a queda do soja, dizendo que se os senhores produtores de soja, não vendessem logo o produto, teriam grandes prejuízos, com a baixa iminente. É óbvio, sr. Presidente, srs. Deputados, que esta imprensa, este pasquim que fez esta divulgação, está a serviço das grandes indústrias e dos atravessadores. O jornal "O Estado do Paraná", atendendo o

nosso apelo. divulgou um alerta aos produtores, quando retornávamos do interior, tivemos os dias santificados da Semana Santa e não poderíamos, portanto, vir a esta Tribuna, como era nosso desejo. Assim é que aquele jornal, antecipando o nosso pronunciamento alertou os nossos heróis agricultores.

Em seguida, gostaria de agradecer aqui este jovem que tem ocupado tantas vezes, com raro brilhantismo, esta Tribuna, defendendo os agricultores de um modo geral e com muito conhecimento e com muito patriotismo e especificamente o caso do café. Eis que muito se ouve de que o nosso País passará de exportador a importador de café. Esta pregação vem sendo feita pelo eminente Deputado Olavo Ferreira de há muito tempo, quando havia super produção de café; e a realidade aí está. Hoje o Brasil atravessa uma situação das mais difíceis, com isso tudo.

Mas, sr. Presidente, srs. Deputado, percorremos todo o noroeste do Estado do Paraná: Marechal Rondon, Palotina, Assis Chateaubriand, Toledo, Cascavel; e o que vimos Sr. Presidente, se por um lado nos sentimos empolgados porque diuturnamente viamos aquelas máquinas trabalhando e colhendo soja, como pequenos grãos a circular, colhidos e transportados a granel pelos caminhões; se por um lado sentimos entusiasmo em verificar aquela operosidade, por outro lado, nos sentimos entristecidos, porque o produtor é burlado, é tapeado. Eis que, Sr. Presidente, nos Requerimentos que encaminhamos hoje a esta Casa, nós estamos anexando um relatório com dados reais e concretos, colhidos na fonte, aonde vimos o agricultor comprando pneus no câmbio negro, para tratores; óleo Diesel, no câmbio negro; adubos, pelo preço 3 vezes maior do que pagou o ano passado, se precavendo para a futura safra. O nosso agricultor é espessado. Daí a nossa preocupação, porque, Sr. Presidente, srs. Deputados, as nossas autoridades, como bem alertou o eminente Deputado Olavo Ferreira, não tomaram providências imediatas. O que estamos pedindo através de Requerimento onde solicitamos que se telegrafe aos diversos Ministros para providências urgentes para que se evite um colapso total. Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso agricultor está pagando pelo crime de ter produzido; o que é um grande pecado. Eu acho que o único país aonde se paga pelo crime de trabalhar, ainda é o Brasil.

Assistimos aqui, há poucos dias passados, com raro brilhantismo, o Deputado Iris Caldart, e o Deputado Ivo Tomazoni, encaminharam pedidos idênticos, com relação ao trigo; eis que tardiamente o Governo tomou as providências devidas. Tardiamente, de modo que, de nada adiantou. Se daqui há um mês, se daqui há 60 dias o Governo tomar providências no sentido de amparar o nosso agricultor, será tarde, porque aí este produto já está nas mãos dos atravessadores.

Nesta oportunidade, se estas medidas forem tomadas com atraso, acontecerá o desestímulo e o colapso total para o produtor e o estímulo para o atravessador. Porque o intermediário terá nas mãos o produto e daqui há 60 dias será beneficiado. Como nisso é certo e nós estamos aqui nesta Tribuna para que fique aqui registrada a nossa preocupação, o nosso alerta e os nossos agradecimentos a todos aqueles que se preocuparam com este problema, tão grave e tão sério, porque se o produtor vender hoje o soja com prejuízo, os srs. não se iludam, o ano que vem o Paraná não terá soja. Porque seria burrice, se nossos trabalhadores rurais que não sabem os prejuízos que estão tomando este ano, voltassem a cultivar novamente o soja, o que seria lamentável.

Portanto, estamos procurando sintetizar nosso pronunciamento, mas voltaremos a esta Tribuna quantas vezes forem necessárias para que este apelo produza os efeitos desejados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência registra, com satisfação, a presença neste Plenário, do Conselheiro Rafael Iatauro, Presidente do Tribunal de Contas do Estado.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 41 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia. —Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados de maneira inversa:

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 285-73, de autoria do Poder Executivo Mensagem n.º 106-73, que concede à Companhia Paranaense de Energia Elétrica COPEL, poderes, para oferecer quotas do Imposto Único, sobre Energia Elétrica, que couberem ao Estado do Paraná, em garantia ou contra garantia de obrigações que aquela Empresa assumir até o limite cumulativo de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM 106.73

Curitiba, 14 de novembro de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a conceder à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL poderes para oferecer as quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica que couberem ao Estado do Paraná, em garantia ou contra garantia de obrigações que aquela Empresa assumir, até o limite cumulativo de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), em contratos de empréstimo ou financiamento em moeda nacional ou estrangeira. Visa, ainda, o anexo anteprojeto de lei, autorizar o Poder Executivo a outorgar a garantia do Tesouro Estadual a obrigações que a COPEL assumir, até o limite cumulativo equivalente, em moeda nacional a US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares) de principal, em operações de empréstimo ou financiamento para a realização de obras de eletrificação rural do Estado.

O ofício n.º DPJ-C/009-73, de 4 de setembro de 1973, da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, diz com o devido detalhamento sobre a necessidade, oportunidade e alta significação da medida ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMÍLIO GOMES — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL poderes para oferecer as quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica que couberem ao Estado do Paraná, em garantia ou contra garantia de obrigações que aquela Empresa assumir, até o limite cumulativo de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), em contratos de empréstimos ou financiamento em moeda nacional ou estrangeira.

Parágrafo único. As quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica a que se refere este artigo serão as correspondentes a tantos exercícios financeiros quantos forem os anos em que se distribuir o pagamento das obrigações a serem garantidas.

Art. 2.º Fica também autorizado o Poder Executivo a outorgar a garantia do Tesouro Estadual a obrigações que a COPEL assumir, até o limite cumulativo equivalente, em moeda nacional, a US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares) de principal, em operações de empréstimo ou financiamento para a realização de obras de eletrificação rural no Estado.

Parágrafo único. As taxas cambiais a serem utilizadas para verificação do limite estabelecido neste artigo serão as vigentes à data de cada operação.

Art. 3.º A garantia a que se refere o art. 2.º desta lei poderá estender-se a juros e demais encargos a que estiverem sujeitas as mesmas operações.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA — COPEL

Excelentíssimo Senhor

Dr. Emílio Gomes

Digníssimo Governador do

Estado do Paraná

Palácio Iguazu — Centro Cívico.

Nesta

Senhor Governador:

1. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, tem o Estado do Paraná, reiteradamente, oferecido suas quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica em garantia de obrigações assumidas pela COPEL em operações de empréstimo e financiamento destinadas à obtenção de recursos para o incremento e melhoria dos serviços de energia elétrica afetos a esta Empresa.

Diversos fatores recomendam a continuidade de tal procedimento, especialmente a integral ausência de risco de detrimento ao Tesouro do Estado, dada a circunstância de que — na forma da legislação federal específica (Decreto-Lei n.º 644, de 23.06.69 e Decreto n.º 68.419, de 25.03.71) — o produto das quotas é necessariamente aplicado em obras a cargo da sociedade de economia mista estadual, geradora ou distribuidora de energia elétrica, que o recebe mediante crédito do respectivo valor ao Estado para posterior contraprestação a este em forma de participação acionária. A esse fato deve acrescentar-se o alto grau de aceitabilidade da aludida garantia tradicionalmente revelado pelas entidades mutuantes e financiadoras.

2. Todavia, a prática que vem sendo adotada em nosso Estado consiste em solicitar-se autorização legislativa específica para cada operação em que o Poder Executivo deva intervir a fim de prestar a garantia. O prosseguimento de tal sistemática tem-se evidenciado pouco aconselhável, mormente em razão das delongas a que submete a assinatura dos respectivos instrumentos de contrato, com prejuízos conseqüentes para cronogramas de execução de obras ou conclusão de negociações.

Revela-se-nos, portanto, de todo oportuno sugerir a Vossa Excelência a obtenção de autorização legislativa mais genérica, que possibilite a outorga da garantia em diversas operações, até atingir-se o limite cumulativo de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), de forma a evitarem-se os inconvenientes acima aludidos.

3. Por outro lado, e como também não ignora Vossa Excelência, vem a COPEL encetando negociações no sentido de obter recursos para a realização de obras de grande envergadura, dentro das previsões de seu Programa Quadrienal de Eletrificação Rural.

Encontram-se em fase de processamento preliminar, para esse efeito, diversas operações de financiamento, avultando, entre as mesmas, uma a realizar-se com o Banco do Brasil S.A., com a interveniência do Grupo Executivo de Eletrificação Rural, do Ministério da Agricultura, para repasse a esta Companhia de recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID.

Por meio de tais financiamentos, conta esta Empresa obter recursos de montante equivalente, em moeda nacional, a aproximadamente US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares), a serem aplicados em obras destinadas ao atendimento de cerca de 40 (quarenta) localidades do interior do Estado.

Considerando que a conclusão das negociações condiciona-se, como é usual, à oferta de fiança ou aval idôneo, e tendo também em vista que as obras a realizar ocuparão, certamente, lugar de destaque dentro da política de desenvolvimento econômico e social do Governo de Vossa Excelência, temos a honra de solicitar-lhe seja concedida a garantia do Tesouro do Estado às obrigações a serem assumidas pela COPEL nos instrumentos contratuais destinados àquele objetivo.

4. Para efeito do acima exposto, permitimo-nos elaborar a anexa minuta de anteprojeto de lei (I), a qual — em caso de sua concordância e aprovação — solicitamos seja remetida à Assembléia Legislativa.

Sem mais para o momento, renovamos a Vossa Excelência as expressões do nosso mais alto apreço.

Atenciosamente,

ARTURO ANDREOLI — Diretor Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 285-73

Autor: — Poder Executivo

Tendo como origem Mensagem do Senhor Governador, o Projeto de Lei em tela, visa autorizar o Poder Executivo a conceder à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL — poderes para oferecer quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica que couberem ao Estado do Paraná, em garantia ou contra-garantia de obrigações que aquela empresa assumir, até o limite cumulativo de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), em contratos de empréstimos ou financiamento em moeda nacional ou estrangeira.

Visa, ainda, o Projeto em exame, autorizar o Poder Executivo a outorgar a garantia do Tesouro Estadual a obrigações que a COPEL assumir, até o limite cumulativo equivalente em moeda nacional a US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares) de principal, em operações de empréstimo ou financiamento para realização de obras de eletrificação rural do Estado.

A Mensagem Governamental vem instruída de ofício da COPEL, no qual

são alinhadas ponderáveis razões para que esta Casa acolha o pedido de autorização.

Constitucionalmente e legalmente a Proposição está conforme.

Pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 5 de dezembro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER ao

PROJETO DE LEI N.º 285-73

Autor: — Governo do Estado do Paraná

I) — Atendendo prerrogativas constitucionais, vem o Poder Executivo solicitar do Legislativo autorização para oferecer garantias em contratos de empréstimo ou financiamento em moeda nacional ou estrangeira.

Solicita, ainda, do Poder Legislativo, autorização para que outorgue à garantia do Tesouro Estadual, a obrigações que a COPEL assumir até o limite de US\$ 15.000.000,00, em operações para realização de obras de eletrificação rural do Estado.

II) — O Projeto, que já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, trata de matéria financeira, cuja iniciativa é da competência exclusiva do Poder Executivo.

III) — Quanto ao aspecto financeiro, atribuição conferida a esta Comissão para opinar, nada temos a opor.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

(Ass. ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 256-73, de autoria do Dep. Antônio F. F. da Costa, que declara de Utilidade Pública o "Clube de Exportadores do Paraná — CEXIMPAR", com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 256-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Clube de Exportadores e Importadores do Paraná — "CEXIMPAR", com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1973.

Antonio Franco F. da Costa F.º

JUSTIFICAÇÃO: — Trata-se de entidade que tem por objetivo congrega os exportadores e importadores, bem como a todos quantos participam da atividade de comércio, visando promover uma mentalidade orientada para a exportação e importação, através de palestras, cursos, debates, cuidando sempre dos interesses dos seus associados.

ESTATUTO SOCIAL DO CLUBE DOS EXPORTADORES E IMPORTADORES DO PARANÁ

Curitiba será a sede do Clube de Exportadores e Importadores do Paraná — CEXIMPAR.

Originários dos Estados Unidos, os Clubes de Exportadores e Importadores tem a finalidade de difundir o Comércio Exterior, criando uma mentalidade e conscientização voltada para uma melhor produtividade, meios de transporte eficientes e visualização de um mercado receptivo e com preços compensadores, analisando, de forma específica, o problema de cada associado na área do Comércio Exterior.

No sentido de nortear os interessados sobre as finalidades dos Clubes de Exportação e recebermos sugestões, iniciamos hoje a publicação dos Estatutos.

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Objetivos e Duração

Art. 1.º — Sob a denominação de CLUBE DE EXPORTADORES E IMPORTADORES DO PARANÁ — CEXIMPAR — fica constituído, nesta data, o Clube de Curitiba, visando a promoção de uma mentalidade dirigida para o Comércio Exterior, e doravante denominado CLUBE.

Art. 2.º — O Clube terá sede em Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 3.º — O Clube poderá estender suas atividades a todo o território nacional.

Art. 4.º — O Clube visa promover uma mentalidade orientada para a Exportação e Importação, através de palestras, cursos, debates dirigidos, ou outras técnicas, com sentido instrutivo e científico, e congrega os exportadores e importadores, bem como a todos quantos também participam da atividade de Comércio Exterior, visando o equacionamento e a solução dos problemas específicos e comuns, quer através de medidas que produzam maior rendimento e expansão de suas atividades, que pelo encaminhamento de suas legítimas reivindicações às entidades governamentais responsáveis pelo seu atendimento, cuidando sempre dos interesses dos seus associados.

Art. 5.º — Será indeterminado o prazo de duração do Clube.

CAPÍTULO II

Dos Membros

Art. 6.º — O Clube será composto por membros associados e membros cooperadores.

Art. 7.º — São membros associados as empresas, pessoas e também os representantes das entidades congêneres e, enfim, todos os interessados em comércio exterior que preencham as propostas da associação e cumpram com as disposições estatutárias.

Art. 8.º — São declarados membros cooperadores, a critério do Clube, as entidades órgãos, empresas ou particulares que contribuírem de forma significativa para o Clube.

CAPÍTULO III

Dos Recursos

Art. 9.º — Os recursos do Clube originar-se-ão de:

I — Mensalidades dos associados;

II — Dotações orçamentárias públicas e contribuições;

III — Receitas provenientes de serviços prestados;

IV — Receitas e contribuições diversas;

V — Bens e direitos dados e legados.

§ único — O Clube poderá receber contribuições financeiras, materiais e serviços.

Art. 10.º — Os recursos financeiros do Clube, oriundos de quaisquer fontes, serão depositados em estabelecimentos bancários idôneos, escolhidos pela Diretoria, e serão movimentados de acordo com as determinações desta.

Art. 11.º — Todos e quaisquer recursos de quaisquer fontes, destinados ao Clube, só poderão ser utilizados pelo mesmo, não podendo ser transferido a outro Clube.

§ 1.º — Os recursos serão aplicados integralmente na manutenção do Clube e no desenvolvimento de seus objetivos sociais.

§ 2.º — O Clube manterá escrituração de suas receitas e despesas em livros contábeis revestidos das formalidades legais.

CAPÍTULO IV Da Administração

SEÇÃO I Da Organização Geral

Art. 12.º — A Administração do Clube compreenderá:

I — A Administração local, autônoma, será coadjuvada sempre que necessitar e para isso for solicitada por pessoas e entidades ligadas à área de Comércio Exterior.

SEÇÃO II

Art. 13.º — O CEXPAR, que se faz presente nestes Estatutos através de sua Diretoria, compromete-se a propiciar ao Clube toda a orientação e diretrizes necessárias à consecução dos seus fins.

Art. 14.º — A Administração é composta de:

I — Presidente e Diretores Honorários;

II — Diretoria Executiva.

VIII — O Presidente poderá acumular funções afins e correlatas. te, pelos titulares, do Governo do Estado, do Centro de Comércio Exterior do Paraná — CEXPAR — e da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S/A — CACEX, local.

Art. 16.º — A Diretoria Executiva elegerá um Presidente dentre os seus integrantes, com o mandato de um (1) ano, podendo ser reeleito.

§ I — A Diretoria Executiva é composta de um Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Técnico e um Consultor Jurídico.

§ II — A Presidência será exercida por um dos membros da Diretoria, acumulando as funções.

Art. 17.º — A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou da maioria de seus membros.

§ I — As decisões serão tomadas por maioria simples dos votos dos presentes.

§ II — As reuniões da Diretoria Executiva somente serão realizadas com a presença da totalidade de seus membros.

Art. 18.º — Ao Presidente do Clube compete:

I — representar o Clube ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

II — representar o Clube junto a outros organismos correlatos;

III — convocar e presidir reuniões da Diretoria Executiva e presidir reuniões dos associados;

IV — manter contato com o CEXPAR, visando os fins do Clube;

V — informar os demais membros da Diretoria sobre as atividades do Clube;

VI — observar o cumprimento, pela Diretoria Executiva, do regimento, das diretrizes e das normas gerais estabelecidas pelo Clube;

VII — empossar os Diretores Executivos;

VIII — O Presidente poderá acumular funções afins e correlatas.

Art. 19.º — Ao Diretor Técnico compete:

I — representar o Presidente em sua ausência ou impedimento;

II — equacionar os problemas específicos dos associados na área do comércio exterior;

III — representar o Clube em reuniões técnicas, em conjunto com o Presidente ou isoladamente.

Art. 20.º — Ao Consultor Jurídico compete:

I — examinar os aspectos jurídicos, globais e específicos, de casos dos associados e do Clube, na área do comércio exterior e afins;

II — representar o Clube em reuniões e conferências de cunho jurídico, em conjunto com o Presidente ou isoladamente.

Art. 21.º — Ao Diretor Administrativo compete:

I — gerir os recursos do Clube;

II — apresentar demonstração de contas à Diretoria Executiva;

III — relatar aos associados as atividades desenvolvidas e exercidas pelo Clube.

Art. 22.º — A Diretoria compete fixar o planejamento e as medidas mais amplas à consecução de suas finalidades e, como órgão local em caráter exclusivo:

I — eleger o Presidente do Clube;

II — aprovar os programas de trabalho e orçamentos anuais;

III — examinar e aprovar, ou não, as contas da Diretoria relativas a cada exercício financeiro;

IV — resolver os casos omissos deste Estatuto, quando em caráter de urgência;

V — encaminhar à Assembléia Geral os casos omissos neste Estatuto.

Art. 23.º — A Diretoria poderá nomear assessores diretos, segundo as necessidades, para o perfeito funcionamento do Clube.

Art. 24.º — Para a consecução de seus fins, a Diretoria seguirá as normas e diretrizes estabelecidas pelo presente estatuto, pelo Regimento Geral, bem como pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO V

Dos Direitos e dos Deveres dos Sócios

Art. 25.º — São direitos dos sócios:

I — apresentar ao Clube os problemas específicos de comércio exterior, visando a sua solução;

II — fazerem-se representar, nas reuniões do Clube, por diretores ou sócios;

III — votar, através da pessoa de seu representante;

IV — participar das reuniões e deliberações do Clube, bem como da Assembléia Geral, apresentando sugestões;

V — cada associado terá direito somente a um voto.

Art. 26.º — São deveres dos sócios:

- I — colaborar para a consecução dos objetivos do Clube, contribuindo com a sua experiência e conhecimento;
II — pagar nos prazos fixados, as contribuições que lhes couberem.

CAPÍTULO VI Da Assembléia Geral

- Art. 27.o — A Assembléia Geral será convocada pelo Presidente do Clube para deliberar sobre matéria relevante de interesse específico dos associados.
Art. 28.o — A Assembléia Geral poderá deliberar com o "quorum" mínimo de 55% dos associados, em 1.a convocação.
§ único — Em 2.a convocação a Assembléia Geral deliberará com o número de sócios que estiverem presentes.
Art. 29.o — As questões debatidas serão decididas pela maioria simples de votos.

CAPÍTULO VII Das Disposições Gerais e Transitórias

- Art. 30.c — Por ocasião do ingresso no Clube, o associado deverá contribuir com a jóia e emolumentos, de valores a serem fixados pela Diretoria.
Art. 31.o — O presente estatuto poderá ser modificado a critério da Diretoria Executiva, em reunião ordinária ou extraordinária, especialmente convocada para esse fim.
Art. 32.o — A dissolução do Clube poderá ser decidida pela aprovação de 2/3 (dois terços) dos integrantes do quadro social, em assembléia geral especialmente convocada para tal fim.
Art. 33.o — Verificada a hipótese de dissolução do Clube, atendidos os encargos e responsabilidades assumidas será dado aos bens remanescentes o destino a ser estabelecido pela Diretoria do Clube.

RESUMO:

Estas são, em princípio, as linhas orientadoras do Clube de Exportadores e Importadores do Paraná — CEXIMPAR — as quais podem e devem ser alteradas segundo as características e sentimentos associativos locais e nacionais.

PARECER

AUTOR: Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa.
O presente projeto vem instruído e justificado, tudo de acordo com o regimento interno, portanto não tem qualquer implicação de ordem legal e constitucional.
Somos pela APROVAÇÃO.
Sala das Comissões, 07-11-73.
(Assinaturas ilegíveis).

PARECER

COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.o 256-73, de autoria do nobre Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa, que declara de utilidade pública o Clube de Exportadores e Importadores do Paraná — CEXIMPAR —, com sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.
2. Não havendo implicações de ordem financeira decorrente da aprovação da matéria em análise, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de pronunciar-se favoravelmente ao Projeto de Lei testilhado.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.
Sala das Comissões, 26 de novembro de 1973.
(Assinatura ilegível) — Presidente.
Deputado João C. Fadel — Relator.
(Assinaturas ilegíveis).

- 1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 242-73, de autoria do Deputado Antônio F. F. da Costa, que concede Título de "Cidadão Honorário do Paraná", ao Médico Arnaldo Moura. — Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.o 242-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

- Art. 1.o — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao médico ARNALDO MOURA.
Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em ... de outubro de 1973.
Antônio Franco Ferreira da Costa

JUSTIFICAÇÃO:

A simples leitura do "Curriculum Vitae" do Professor Arnaldo Moura, nos dá a medida da justiça e do seu merecimento pela honraria concedida por este Projeto de Lei.

"CURRICULUM VITAE"

Memorial dos títulos e trabalhos

ARNALDO MOURA
— Curitiba — 1973 —

CARGOS E FUNÇÕES QUE DESEMPENHA ATUALMENTE

- 1 — Professor Titular de Clínica Médica e Clínica Propedêutica Médica da Universidade Federal do Paraná.
2 — Membro do Conselho de Ensino e Pesquisas da Universidade Federal do Paraná, como representante do Setor de Ciências da Saúde.
3 — Presidente da Associação Médica do Paraná.
4 — Delegado eleito da Associação Médica do Paraná, como seu representante nas Assembléias da Associação Médica Brasileira.
5 — Chefe do Serviço de Clínica Médica de Homens — Enfermaria Don Alberto Gonçalves — do Hospital de Caridade da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.
6 — Médico do Quadro Permanente do Instituto Nacional de Previdência Social.

I — DADOS PESSOAIS — FORMAÇÃO EDUCACIONAL, PROFISSIONAL — SERVIÇO MILITAR

ARNALDO MOURA

Nascido em Franca, Estado de São Paulo, a 8 de maio de 1923, filho de Epaminondas Moura (natural de Sergipe), e de D.a Palmyra Moura (natural do Rio de Janeiro).

Casado com Ruth Vieira Moura (natural de Itajaí-SC).
Filhos do casal: — Arnaldo Vieira Moura — nascido em Curitiba-PR.
Carmen Vieira Moura — nascida em Curitiba-PR.
Marina Vieira Moura — nascida em Curitiba-PR.
Alvaro Vieira Moura — nascido em Curitiba-PR.
Gláucia Vieira Moura — nascida em Curitiba-PR.
Curso Primário: — de 1929 a 1933 — Colégio Bennett, Rio de Janeiro.
Curso Ginásial — de 1934 a 1938.
Primeiros 2 anos — Colégio Anglo-Americano — Rio de Janeiro. Últimos 3 anos — Colégio Granbery — Juiz de Fora-MG.
Curso Complementar de Medicina — 1939 e 1940 — Colégio Granbery — Juiz de Fora-MG.
Curso de Medicina — de 1941 a 1947 — Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil — Rio de Janeiro — Distrito Federal.
Serviço Militar: — 1940 — Iniciou o Curso de Intendência no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (C.P.O.R.) de Juiz de Fora-MG.
1942 e 1943 — Completou o Curso de Intendência no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (C.P.O.R.) do Rio de Janeiro-DF, sendo declarado Aspirante R-2, Intendente do Exército, em 1943.
Março de 1944 a agosto de 1945 — Convocado para o serviço ativo como Aspirante R-2 e destacado para servir no 5.o Regimento de Cavalaria Divisionária (5.o R.C.D.), aquartelado em Curitiba-PR. Neste período foi promovido a 2.o Tenente, e a 1.o Tenente, dando baixa em agosto de 1945 no posto de 1.o Tenente R-2, Intendente do Exército.

II — DIPLOMAS

- 1 — Diploma de Médico, formado em dezembro de 1947, pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil.
2 — Diploma de Docente-Livre de Clínica Médica, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná — 1952.
3 — Diploma de Docente-Livre de Clínica Propedêutica Médica, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná — 1958.
4 — Diploma de Especialista em Cardiologia da Associação Médica Brasileira — Sociedade Brasileira de Cardiologia.

III — CONCURSOS PÚBLICOS DE TÍTULOS E PROVAS

- 1 — Aprovado em 1.o lugar, com média final 94,90, no Concurso de Clínica Médica promovido pelo I.A.P. dos Comerciantes em Curitiba-PR — 1948.
2 — Aprovado em 2.o lugar, com média final 90,7, no Concurso de Clínica Cardiológica promovido pelo I.A.P. dos Industriários no Rio de Janeiro-DF — 1948.
3 — Aprovado em 20.o lugar, com média final 52,8, no Concurso de Clínica Médica promovido pelo I.A.P. dos Industriários, no Rio de Janeiro-DF — 1948.
4 — Aprovado, por unanimidade da Comissão Julgadora, no Concurso para Docente Livre da Cadeira de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná — 1952.
5 — Aprovado por unanimidade da Comissão Julgadora no Concurso para Docente Livre da Cadeira de Clínica Propedêutica Médica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná — 1958.

IV — CARGOS E FUNÇÕES UNIVERSITARIAS

- 1 — Nomeado Assistente da Cadeira de Clínica Propedêutica Médica da Faculdade de Ciências Médicas do Distrito Federal — Exercício da Função de 01-03-48 a 18-11-49.
— Nomeado Assistente Voluntário da Cadeira de Clínica Médica do 6.o ano da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná — 1949.
3 — Nomeado Assistente Contratado da Cadeira de Clínica Médica do 6.o ano da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná — 1950.
4 — Nomeado Assistente do Quadro de Extranumerários Mensalistas do Ministério da Educação e Cultura — Cadeira de Clínica Médica do 6.o ano da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná — 1950.
5 — Nomeado Professor Titular da Cadeira de Clínica Propedêutica Médica da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Católica do Paraná em fevereiro de 1959, tendo constado da relação de Professores de 1.o Provento referendado pelo Conselho Federal de Educação do Ministério de Educação e Cultura para a fundação e o reconhecimento da Faculdade de Ciências Médicas.
6 — Permaneceu no exercício do cargo de Professor Titular de 1.o Provento da Cadeira de Clínica Propedêutica Médica da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Católica do Paraná, de fevereiro de 1959 a abril de 1972, ministrando o curso anual dessa Cátedra.
7 — Promovido a Professor de Ensino Superior da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, em 01-06-1960.
8 — Eleito Membro do Conselho Diretor da Associação dos Auxiliares de Ensino da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná — novembro de 1960.
9 — Membro da Comissão Científico-Cultural da Associação de Auxiliares de Ensino da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná — junho de 1961.
10 — Chefe da Equipe de Medicina da 1.a Promoção da Universidade Volante da Universidade Federal do Paraná — Ponta Grossa — agosto de 1961.
11 — Organizador e 1.o Chefe da Disciplina de Cardiologia e Angiologia do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná — agosto de 1964.
12 — Eleito Representante dos Docentes-Livres da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná junto à Congregação e Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade — outubro de 1965.
13 — Membro da Comissão nomeada pela Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná para estabelecer programas e planos de aulas do Curso de Medicina — dezembro de 1965.
14 — Classificado no cargo de Professor Adjunto da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná — 01-01-1966.
15 — Nomeado Chefe da Disciplina de Clínica Propedêutica do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná — fevereiro de 1966.

16 — Permanece no exercício do cargo de Professor de Clínica Propedêutica desde fevereiro de 1966 até a presente data, organizando anualmente o programa e o plano do curso, e ministrando as aulas aos alunos do 3.º ano do curso de Medicina.

17 — Nomeado pelo Reitor da Universidade Federal do Paraná, membro de Comissão Coordenadora da Instalação do Microscópio Eletrônico do Centro Politécnico — fevereiro de 1968.

18 — Nomeado pelo Reitor da Universidade Federal do Paraná, para dar parecer em processo de docente da Faculdade de Medicina — fevereiro de 1968.

19 — Por designação do Diretor do Departamento, elaborou e apresentou o Ante-Projeto do Regulamento do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná — setembro de 1969.

20 — Nomeado, pelo Reitor da Universidade Federal do Paraná, Professor Titular de Clínica Médica e de Clínica Propedêutica Médica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná — maio de 1970.

21 — Designado para assumir a Direção do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná — 01-04-71.

22 — Designado pelo Diretor da Faculdade de Medicina para elaborar o Plano de Estruturação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, para atender a Reforma Universitária realizada em junho de 1971.

23 — Ato de Louvor do Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná pelo trabalho realizado na elaboração do Plano de Estruturação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná — junho de 1971.

24 — Nomeado, pelo Diretor da Faculdade de Medicina, Presidente da Comissão encarregada de proceder e apurar as eleições para os Representantes da Faculdade no Conselho de Ensino e Pesquisas da Universidade Federal do Paraná — outubro de 1971.

25 — Eleito pelo corpo docente, e nomeado Chefe do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná para o biênio novembro de 1971 a novembro de 1973.

26 — Membro da Comissão de Inquérito nomeada pelo Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná — janeiro de 1972.

27 — Presidente da Comissão nomeada pelo Diretor da Faculdade de Medicina, para estudar e propor o aproveitamento do Edifício dessa Faculdade, em construção ao lado do Hospital de Clínicas — julho de 1971.

28 — Presidente da Comissão nomeada pelo Reitor da Universidade Federal do Paraná, para estudar e propor as medidas necessárias para a instalação do Centro de Pesquisas Nefrológicas, Órgão Suplementar vinculado ao Departamento de Clínica Médica — setembro de 1971.

29 — Membro da Comissão nomeada pelo Diretor da Faculdade de Medicina para elaborar o Ante-Projeto do seu Regimento Interno — julho de 1972.

30 — Membro da Comissão de Sindicância nomeada pelo Reitor da Universidade Federal do Paraná — junho de 1973.

31 — Membro da Comissão nomeada pelo Diretor da Faculdade de Medicina para elaborar e apresentar à Congregação, o "Projeto das Normas para Revalidação de Diplomas e Certificados de Médicos Expedidos por Estabelecimentos de Ensino Superior Estrangeiro" — janeiro de 1973.

32 — Membro do Grupo de Trabalho nomeado pelo Reitor da Universidade Federal do Paraná, para apresentar relatório sobre "As perspectivas de desenvolvimento dos Cursos de Pós-Graduação na Universidade Federal do Paraná", a ser juntado ao Plano Global de Desenvolvimento da Universidade — maio de 1973.

33 — Nomeado pelo Reitor da Universidade Federal do Paraná, para exercer o cargo de Membro do Conselho de Ensino e Pesquisas, representando o Setor de Ciências da Saúde — 18-09-73.

34 — Membro da Comissão nomeada pelo Reitor da Universidade Federal do Paraná, para estudar e propor ao Conselho de Ensino e Pesquisas as "Normas para Composição e Atribuições dos Colegiados dos Cursos" — 20-09-73.

35 — Membro da Comissão nomeada pelo Reitor da Universidade Federal do Paraná para elaborar o Ante-Projeto do novo Estatuto da Universidade, a ser apresentado ao Conselho Federal de Educação — 13-09-73.

V — CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA MINISTRADOS OU NOS QUAIS COLABOROU

1 — Certidão de ter ministrado Curso sobre "Semiologia do Sistema Nervoso Central", no Serviço de Clínica Médica da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, com especificação do programa prelecionado — 1949.

2 — Certidão de ter colaborado no Curso de Extensão Universitária sobre "Elementos de Eletrocardiografia", a cargo do Prof. Atlântido Borba Côrtes e sob os auspícios da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná — 1949.

3 — Certidão de ter ministrado Curso de Extensão Universitária sobre "Elementos de Eletrocardiografia", sob os auspícios e atendendo a pedido da Reitoria da Universidade do Paraná — 1953.

4 — Certidão de ter ministrado Curso de Extensão Universitária sobre "Eletrocardiografia Clínica", sob os auspícios e atendendo a convite da Reitoria da Universidade do Paraná — 1954.

5 — Certidão de ter colaborado no Curso de (Semiologia Córdio-Vascular), patrocinado pela Cadeira de Clínica Médica do 6.º ano da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná. Com especificação das aulas lecionadas — 1956.

6 — Certidão de ter colaborado no Curso de Extensão Universitária sobre "Radiologia Clínica", por solicitação do Dr. Heraldo de Oliveira Mello, com especificação da matéria prelecionada — setembro de 1956.

7 — Curso de Extensão Universitária sobre "Tratamento dos Distúrbios Eletrolíticos da Insuficiência Cardíaca", no Diretório Acadêmico Nilo Cairo — novembro de 1958.

8 — Curso de Extensão Universitária sobre "Eletrocardiografia", patrocinado pela Universidade Federal do Paraná e Diretório Acadêmico Nilo Cairo — março de 1961.

9 — Colaborador no Curso de Extensão Universitária sobre "Doenças Difusas do Tecido Conectivo", patrocinado pela Universidade Federal do Paraná — outubro de 1963.

10 — Colaborador no Curso de Extensão Universitária sobre "Eletrocardiografia e Vetocardiografia", patrocinado pela Universidade Federal do Paraná — setembro de 1965.

11 — Colaborador no Curso de Extensão Universitária sobre "Urgências em Clínica Médica", patrocinado pela Universidade Federal do Paraná — junho de 1966.

12 — Colaborador no Curso de Extensão Universitária sobre "Eletrocardiografia e Vetocardiografia", patrocinado pela Universidade Federal do Paraná — outubro de 1967.

13 — Colaborador no Curso de Extensão Universitária sobre "Arritmias

Cardíacas", patrocinado pela Universidade Federal do Paraná — outubro de 1969.

14 — Colaborador no Curso de Extensão Universitária sobre "IX Curso de Eletrocardiografia", patrocinado pela Universidade Federal do Paraná — Curitiba, maio de 1971.

15 — Colaborador no Curso de Extensão Universitária sobre "V Curso de Arritmias Cardíacas", patrocinado pela Universidade Federal do Paraná — setembro de 1972.

16 — Colaborador no Curso de Extensão Universitária sobre "X Curso de Eletrocardiografia e Vetocardiografia", patrocinado pela Universidade Federal do Paraná — setembro de 1972.

VI — AULAS E CONFERÊNCIAS

1 — Apresentação do Trabalho "Complexo de Eisenmenger — Arco Aórtico à Direita", em Reunião Científica da Associação Médica do Paraná — 1949.

2 — Certidão de ter ministrado 6 aulas teóricas no Curso de Clínica Médica do 6.º ano da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná. Com especificação da matéria prelecionada — 1950.

3 — Apresentação do trabalho "Coração e Gravidez" em Reunião Científica da Associação Médica do Paraná — 1950.

4 — Certidão de ter ministrado 10 aulas teóricas no Curso de Clínica Médica do 6.º ano da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná. Com especificação da matéria prelecionada — 1951.

5 — Certidão de ter proferido conferência no Centro Científico do Diretório Acadêmico Nilo Cairo sobre "Casos Agudos em Cardiologia" — 1951.

6 — Apresentação do trabalho "O Eletrocardiograma na Hipertrofia Ventricular Esquerda — Sinais de Hipertrofia" em Reunião Científica da Seção de Cardiologia da Associação Médica do Paraná — 1951.

7 — Apresentação do trabalho "O Eletrocardiograma na Hipertrofia Ventricular Esquerda — Sinais de Sobrecarga", na Reunião Científica da Seção de Cardiologia da Associação Médica do Paraná — 1951.

8 — Certidão de ter ministrado 5 aulas no Curso de Clínica Médica do 6.º ano da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná. Com especificação da matéria prelecionada — 1952.

9 — Apresentação do trabalho "Métodos de Determinação dos Eixos Elétricos Espaciais e suas Relações", na IX Reunião Científica da Sociedade Brasileira de Cardiologia — 1952.

10 — Apresentação do trabalho "Valores Normais dos Eixos Elétricos Espaciais e suas Relações", na IX Reunião Científica da Sociedade Brasileira de Cardiologia — 1952.

11 — Certidão de ter ministrado 12 aulas teóricas no Curso de Clínica Médica do 6.º ano da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná. Com especificação da matéria prelecionada — 1953.

12 — Certidão de ter apresentado o trabalho sobre "Coração Pulmonar Agudo", na Sessão Ordinária da Seção de Cardiologia da Associação Médica do Paraná — 1953.

13 — Certidão de ter ministrado 10 aulas teóricas no Curso de Clínica Médica do 6.º ano da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná. Com especificação da matéria prelecionada — 1954.

14 — Apresentação do trabalho "Tratamento das Pleuritis Sero-Fibrinosas", à 1.ª Reunião Científica da Associação Médica do Paraná em 1954.

15 — Apresentação do trabalho "Fibrose Endocárdica", à XI Reunião da Sociedade Brasileira de Cardiologia, — 1954.

16 — Apresentação do tema "Arterite Diabética", na 2.ª Reunião Científica da Associação Médica do Paraná em 1954.

17 — Certidão de ter ministrado 12 aulas teóricas no Curso de Clínica Médica do 6.º ano da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná. Com especificação da matéria prelecionada. 1955.

18 — Certidão de ter proferido conferência na Reunião Científica da Seção Regional de Ponta Grossa da Associação Médica do Paraná, sobre o tema "Arterite Diabética", — 1955.

19 — Certidão de ter proferido conferência sobre o tema "Embolia Pulmonar", na Seção Regional do Litoral, da Associação Médica do Paraná — 1955.

20 — Certidão de ter pronunciado conferência sobre o tema "Cardiomiopatia reioxicose" na Reunião Científica do Centro de Estudos da Casa de Saúde Moises Paciornik. — 1956.

21 — Certidão de ter ministrado 8 aulas teóricas no Curso de Clínica Médica do 6.º ano da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná. Com especificação da matéria prelecionada. — 1956.

22 — Certidão de ter proferido conferência no Centro de Estudos do Diretório Acadêmico Nilo Cairo sobre o Tema "Valor Semiológico da Prova de Metabolismo Basal". 1955.

23 — Certidão de ter sido relator da Sessão anatomo-clínica sobre o tema "Um caso clínico de metástases pulmonares", a cargo da Seção de Patologia da Associação Médica do Paraná. Agosto, 1953.

24 — Certidão de ter sido relator da Sessão anatomo-clínica, sobre o tema "Pleuro-peritonite tuberculosa", a cargo da Seção de Patologia da Associação Médica do Paraná. Junho, 1954.

25 — Certidão de ter sido relator da Sessão Anatomo-Clínica, sobre o tema "Adenocarcinoma do estômago", a cargo da Seção de Patologia da Associação Médica do Paraná — Abril, 1956.

26 — Certidão de ter participado nos debates organizados pelo Departamento de Patologia da Associação Médica do Paraná, sobre o tema "Aspecto Clínico-Patológico da Difteria", sendo relator do aspecto miocardite difterica. — Abril, 1953.

27 — Curso de Semiologia Córdio-Circulatória ministrado no Departamento Científico Cultural do Diretório Acadêmico Nilo Cairo. — Período: 28.01.57 a 27.02.57.

28 — Participante da Mesa Diretiva dos Trabalhos Científico-Culturais da II Inter-Med. Internacional, patrocinado pelo Departamento Científico Cultural do Diretório Acadêmico Nilo Cairo. 17.04.57.

29 — Conferência sobre "Distúrbios Eletrolíticos na Insuficiência Cardíaca", II Jornada Médica de Paranavai. — Novembro 1957.

30 — Membro da "Reunião sobre Tratamento da Insuficiência Cardíaca" Sessão Científica da Associação Médica do Paraná. — Novembro — 1957.

31 — Participante do I Ciclo de Conferências da Cátedra de Terapêutica Clínica, com a palestra sobre "Estado Atual do Tratamento da Arteriosclerose". — Dezembro, 1957.

32 — Moderador do Simpósio sobre "Tromboflebitis", organizado pela Associação Médica do Paraná. — Maio 1958.

33 — Conferência sobre "Equilíbrio Hidro-Salino na Insuficiência Cardíaca", pronunciada na Sociedade Médica de Maringá. — 29.06.58.

- 34 — Conferência sobre "Conceitos Modernos no Tratamento da Insuficiência Cardíaca", pronunciada na Sociedade Médica de Londrina. — Junho, 1958.
- 35 — Conferência sobre "Distúrbios Eletrolíticos na Insuficiência Cardíaca", pronunciada na Sociedade Médica de Londrina. — 29.10.1958.
- 36 — Membro do Simpósio sobre "Infarto do Miocárdio", organizado pela Associação Médica do Paraná. — Agosto, 1959.
- 37 — Coordenador do Exercício Anátomo-Clínico realizado pela Associação Médica do Paraná. — Abril 1960.
- 38 — Moderador do Simpósio sobre "Hepatite a Virus" realizado na Associação Médica do Paraná. — Maio, 1960.
- 39 — Conferência sobre "Fisiologia da Formação dos Processos Bioelétricos", — Sessão Científica da Associação Médica do Paraná. — Agosto, 1960.
- 40 — Conferência sobre "Considerações clínicas e Tratamento da Insuficiência Cardíaca", Jornada Médica de Cardiologia — Curitiba — Janeiro, 1961.
- 41 — Conferência sobre "Tratamento da Insuficiência Cardíaca", na 1.ª Promoção da Universidade Volante da Universidade Federal do Paraná. Ponta Grossa — Agosto, 1961.
- 42 — Conferência no Diretório Acadêmico Vitor do Amaral, da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Católica do Paraná, sobre "Corticosteróides nas Afecções Córdio-Vasculares. Junho 1963.
- 43 — Conferência sobre "Orientação no Tratamento da Insuficiência Cardíaca Refratária à Terapêutica Usual", proferida no Diretório Acadêmico Vitor do Amaral da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Católica do Paraná. Maio, 1965.
- 44 — Conferência sobre "Diuréticos na Insuficiência Cardíaca", ministrada no Curso de Atualização Terapêutica da Associação Médica do Paraná. Junho de 1965.
- 45 — Simpósio sobre "Hipertensão Arterial — Tratamento Clínico", Associação Médica do Paraná. Setembro, 1966.
- 46 — Simpósio sobre "Urgências em Cardiologia" — Regional de União da Vitória da Associação Médica do Paraná. Maio, 1967.
- 47 — Conferência sobre "Mecanismos Gerais do Edema", na Reunião do Corpo Clínico do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná. Setembro, 1967.
- 48 — Conferência sobre "Alterações do Equilíbrio Hidro-Eletrolítico em Clínica Médica" no Diretório Acadêmico Vitor do Amaral da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Católica do Paraná. Outubro, 1967.
- 49 — Conferência sobre "Doença de Chagas Autoctone no Litoral Paranaense" — no III Congresso da Associação Médica do Paraná — Foz do Iguaçu. Outubro, 1967.
- 50 — Coordenador da Mesa sobre "Arritmias e Parada Cardíaca", na III Jornada Interestadual de Ponta Grossa. Novembro, 1967.
- 51 — Participante da Mesa sobre "Insuficiência Cardíaca" com o tema "Tratamento da Insuficiência Cardíaca Aguda", na III Jornada Médica Interestadual de Ponta Grossa. Novembro, 1967.
- 52 — Conferência sobre "Bloqueios Atrio-Ventriculares" na III Jornada Médica Interestadual de Ponta Grossa. Novembro, 1967.
- 53 — Conferência sobre "Toxoplasmose e Coração" na Reunião do Corpo Clínico do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná. Setembro, 1969.
- 54 — Conferência sobre "Miocardite Toxoplasmótica" na VIII Jornada Regional de Cardiologia, da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Londrina, Abril 1970.
- 55 — Conferência sobre "Complicações do Infarto do Miocárdio" na Reunião sobre Coronariopatias, na Reunião Clínica do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná. Maio, 1970.
- 56 — Conferência sobre "Semiologia e Terapêutica de Urgência em Odontologia" no I Curso de Medicina oral da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Católica do Paraná. Novembro, 1970.
- 57 — Conferência sobre "Enfarte do Miocárdio", no Rotary Club de Curitiba Oeste. Março, 1970.
- 58 — Membro do Simpósio "Analgésicos e Tratamento da Dor", organizado pelo Centro de Estudos da Residência Médica do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná. Abril, 1971.
- 59 — Participante da Mesa sobre "Doença Difusa do Tecido Conectivo" promovido pelo IV Congresso da Associação Médica do Paraná e XIV Congresso da Sociedade Médica de Maringá. Maio, 1971.
- 60 — Conferência sobre "Fisiopatologia da Insuficiência Coronária" na I Jornada da Sociedade Paranaense de Cardiologia e II Simpósio de Coronariopatias. — Maringá, Julho, 1971.
- 61 — Conferência sobre "Tratamento da Insuficiência Cardíaca", na I Jornada Médica de Pato Branco. Abril, 1972.
- 62 — Membro do Simpósio sobre "Avaliação Pós-Operatória", com o Tema "Avaliação Córdio-Circulatória", realizado na VIII Jornada Sul-Brasileira da Sociedade Paranaense de Anestesiologia — Blumenau. Maio, 1972.
- 63 — Presidente da Mesa Redonda sobre "Antibióticoterapia: Sulfato de Gentamicina", realizada pelo Departamento de Medicina da Universidade Federal do Paraná e Sociedade Brasileira de Microbiologia. Novembro, 1972.
- 64 — Conferência sobre "Coronariopatias — Diagnóstico e Tratamento" no I Congresso Médico de Ponta Grossa. Março, 1973.
- 65 — Membro do "Colóquio sobre Hipertensão Arterial" realizado no XXIX Congresso Brasileiro de Cardiologia. Fortaleza-Julho, 1973.
- 66 — Coordenador da Mesa Redonda sobre "Residência Médica Clínica", no VIII Congresso Nacional de Médicos Residentes. Curitiba — Julho, 1973.
- 67 — Conferência no I Curso de Extensão Universitária sobre "Hipertensão Arterial", promovido pela Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná. Tema: Conceito — Patogenia — Classificação e Manifestação Clínica da Hipertensão Arterial. 23.08.73.

VII — PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS

- 1 — Membro da Comissão Organizadora do IX Congresso Brasileiro de Cardiologia, na qualidade de Tesoureiro. Julho, 1952.
- 2 — Participante do IX Congresso da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Curitiba — Julho, 1952.
- 3 — Participante do XI Congresso da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Salvador — BA — Julho, 1954.
- 4 — Membro da Comissão de Socialização do I Congresso da Associação Médica Brasileira. Fevereiro, 1956.
- 5 — Participante, como Conferencista, na II Jornada Médica de Paranavai. Novembro, 1957.

- 6 — Participante do VI Congresso Interamericano de Cardiologia. Rio de Janeiro-GB. — Agosto, 1960.
- 7 — Participante da Jornada Médica de Cardiologia — Curitiba, 1961.
- 8 — Participante do XVIII Congresso Brasileiro de Cardiologia. Belo Horizonte-MG. Julho, 1962.
- 9 — Participante do XX Congresso Brasileiro de Cardiologia. Brasília-DF. Julho, 1964.
- 10 — Participante do XXI Congresso Médico de Londrina e Congresso da Associação Médica do Paraná. — Londrina. Setembro, 1966.
- 11 — Participante do III Congresso da Associação Médica do Paraná — Foz do Iguaçu. — Outubro, 1967.
- 12 — Convidado de Honra na III Jornada Médica Interestadual de Ponta Grossa. Novembro, 1967.
- 13 — Participante da II Reunion de Parasitologia en La Republica Argentina. Tucuman. Outubro, 1968.
- 14 — Participante da I Jornada Médica de Cascavel, promovido pela Associação Médica de Cascavel. Novembro, 1969.
- 15 — Participante como Conferencista e Representante da Sociedade Brasileira de Cardiologia, da VIII Jornada Regional de Cardiologia da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Londrina. — Abril 1968.
- 16 — Participante do IV Congresso Médico da Associação Médica do Paraná, XIV Congresso da Sociedade Médica de Maringá, I Jornada Paranaense de Cardiologia. Maringá — Maio, 1971.
- 17 — Participante do XXVII Congresso Brasileiro de Cardiologia. — Brasília. Julho, 1971.
- 18 — Participante Efetivo da IX Reunião Anual da Associação Brasileira de Escolas Médicas. Curitiba — Setembro, 1971.
- 19 — Participante da I Jornada Médica de Pato Branco. Abril 1972.
- 20 — Participante da VII Jornada Sul Brasileira da Sociedade Paranaense de Anestesiologia — Blumenau. Maio 1972.
- 21 — Membro de Honra do IX Congresso Brasileiro de Reumatologia Curitiba. Julho, 1972.
- 22 — Participante e Vice-Presidente do XXVIII Congresso Brasileiro de Cardiologia. Curitiba. Julho, 1972.
- 23 — Vice-Presidente de Honra e Membro Efetivo do X Congresso Brasileiro de Ginecologia e Obstetrícia. — Curitiba. Outubro, 1972.
- 24 — Homenageado Especial do VII Congresso Brasileiro de Patologia Clínica. — Curitiba. Dezembro, 1972.
- 25 — Participante do I Congresso Médico de Ponta Grossa. Março, 1973.
- 26 — Membro da Comissão de Honra do IV Congresso do Colégio Brasileiro de Hematologia. Curitiba — Julho, 1973.
- 27 — Participante do IV Congresso do Colégio Brasileiro de Hematologia — Curitiba. Julho, 1973.
- 28 — Presidente de Honra do VIII Congresso Nacional de Médicos Residentes — Curitiba. Julho, 1973.
- 29 — Participante do XXIX Congresso Brasileiro de Cardiologia — Fortaleza, CE. Julho, 1973.
- 30 — Membro da Comissão de Honra do XIX Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia — Curitiba. Setembro, 1973.

VIII — COMUNICAÇÕES EM CONGRESSOS MÉDICOS

- 1 — Autor do Trabalho "Complexo de Eisenmenger — Arco Aórtico à Direita", apresentado em Sessão Científica da Associação Médica do Paraná. Novembro, 1949.
- 2 — Autor do Trabalho "O Eletrocardiograma na Hipertrofia Ventricular Esquerda" — Sessão Científica da Associação Médica do Paraná. Fevereiro, 1951.
- 3 — Autor do Trabalho "Coração e Gravidez" — Sessão Científica da Associação Médica do Paraná. Maio, 1951.
- 4 — Autor do Trabalho "Método de Determinação dos Eixos Elétricos Especiais e suas Relações" — apresentado no IX Congresso Brasileiro de Cardiologia. Curitiba, 1952.
- Resumo publicado em Arquivos Brasileiros de Cardiologia 5:330 Setembro, 1952.
- 5 — Autor do Trabalho "Valores Normais dos Eixos Elétricos Ventriculares Especiais", apresentado no IX Congresso Brasileiro de Cardiologia Curitiba, 1952.
- Resumo publicado em Arquivos Brasileiros de Cardiologia. — 5:330 — Setembro, 1952.
- 6 — Autor do Trabalho "Valores Normais dos Eixos Elétricos Especiais" — Sessão Científica da Associação Médica do Paraná. — Fevereiro, 1953.
- 7 — Autor do Trabalho "Tratamento das Pleurísias Sero-Fibrinosas" — Sessão Científica da Associação Médica do Paraná. Fevereiro, 1954.
- 8 — Autor do Trabalho "Artrite Diabética" — Sessão Científica da Associação Médica do Paraná. Março, 1954.
- 9 — Co-Autor do Trabalho "Fibroelastose Endocárdica" — apresentado no XI Congresso Brasileiro de Cardiologia. Salvador-BA 1954.
- 10 — Colaborador no Trabalho "Aneurisma do Ventrículo Esquerdo Pós Infarte — Cura Cirúrgica", apresentado no XX Congresso Brasileiro de Cardiologia — Brasília-DF. Julho, 1964.
- 11 — Autor do Trabalho "Emprego do Mebutamato na Hipertensão Arterial", apresentado no XX Congresso Brasileiro de Cardiologia Brasília, Julho 1964.
- 12 — Colaborador no Trabalho "Comportamento do Sero-Mucoide em gestantes Normais" — apresentado no XX Congresso Brasileiro de Cardiologia. — Brasília. Julho, 1964.
- 13 — Autor do Trabalho "Tratamento Médico da Hipertensão Arterial" — sessão Científica da Associação Médica do Paraná. Julho 1966.
- 14 — Colaborador no Trabalho "O Eletrocardiograma no Bloqueio Intraventricular", apresentado no XXI Congresso Médico de Londrina e II Congresso da Associação Médica do Paraná. — Londrina. Setembro de 1966.
- 15 — Autor do Trabalho "Doença de Chagas Autoctone no Litoral Paranaense" — Sessão Científica da Associação Médica do Paraná — Foz do Iguaçu. Outubro, 1967.
- 16 — Autor do Trabalho "Doença de Chagas Silvestre no Litoral Paranaense" — apresentado na II Reunion de Parasitologia em la Republica Argentina — Tucuman. Outubro, 1968.
- 17 — Autor do Trabalho "Miocardite Toxoplásmica Crônica" apresentado na I Jornada Médica de Cascavel, promovida pela Associação Médica de Cascavel. Novembro, 1969.
- 18 — Colaborador no Trabalho "Emprego Clínico da Proscillaridina", — apresentado no XXVIII Congresso Brasileiro de Cardiologia. — Curitiba. Julho, 1972.

19 — Colaborador no Trabalho "Cinecoronariografia no Serviço de Hemodinâmica do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná — Análise de 110 Exames" — Apresentado no I Congresso Médico de Ponta Grossa, Março, 1973.

20 — Colaborador no Trabalho "Critérios para Indicação de Cinecoronariografia", apresentado no I Congresso Médico de Ponta Grossa, Março, 1973.

21 — Colaborador no Trabalho "Indicação do Tratamento Cirúrgico da Insuficiência Coronariana", apresentado no XXIX Congresso Brasileiro de Cardiologia, Julho, 1973.

IX — TRABALHOS PUBLICADOS

1 — "ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO E CLASSIFICAÇÃO DECIMAL PARA BIBLIOTECAS MÉDICAS". Trabalho realizado e adotado da Biblioteca Médica do Departamento de Assistência da Administração Central do I.A.P. dos Industriários, Distrito Federal, 1948.

2 — "Complexo de Eisenmenger — Arco Aórtico à Direita". Revista Médica do Paraná, Vol. XIX — Jan. Fev. 1950-11.

3 — "O Eletrocardiograma na Hipertrofia Ventricular Esquerda — Sinais de Hipertrofia". Revista Médica do Paraná, Vol. XIX, Nov. Dez. 1950. — 295.

4 — "O Eletrocardiograma na Hipertrofia Ventricular Esquerda — Sinais de Sobrecarga". Revista Médica do Paraná, Vol. XX — Mar. Abr. 1951 — 70.

5 — "Coração e Gravidez". Revista Médica do Paraná, Vol. XX — Jul. Dez. 1951 — 157.

6 — "Estudo Eletrocardiográfico da Hipertrofia Ventricular Esquerda". Tese para Concurso à docência Livre de Clínica Médica, apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná em 1951. Aprovada por unanimidade da Comissão Examinadora.

7 — "Método de Determinação dos Eixos Elétricos Espaciais e Suas Relações". Arquivos Brasileiros de Cardiologia, Vol. 5 N.º 4, Dez. 1952 — 381.

8 — "Valores Normais dos Eixos Elétricos Ventriculares no Plano e no Espaço". Arquivos Brasileiros de Cardiologia, Vol. 5 n.º 4 Dez. 1952 — 389.

A — "Os Eixos Elétricos Espaciais na Hipertrofia Ventricular Esquerda". Arquivos Brasileiros de Cardiologia, Vol. 6 n.º 1, Mar. 1953 — 80.

10 — "Tratamentos das Pleurisias Sero-Fibrinosas". Revista Médica do Paraná, Vol. 23 N.º 4-6 — Jul. Dez. 1954 — 89.

11 — "Fibroelastose Endocárdica" (em colaboração). Arquivos Brasileiros de Cardiologia, Vol. 7 n.º 4 — Dez. 1954 — 273 a 285.

12 — "Embolia Pulmonar". Revista Médica do Paraná, Vol. XXIV, N.º 3 — 4, Mai. Jun. 1955.

13 — "Coração Pulmonar Crônico". Revista Médica do Paraná, Vol. 24 n.º 5-6, Jul. Dez. 1955.

14 — "Tratamento Medicamentoso da Hipertensão Arterial Essencial". 10.ª Publicação da Cadeira de Terapêutica Clínica da Universidade do Paraná, Fev. 1956 — 1 a 13.

15 — "Fisiologia da Formação dos Processos Bioelétricos". Revista Médica do Paraná, Vol. n.º 5-6, Jul. 1957 — 124 e 129.

16 — "Alguns Aspectos da Incidência da Úlcera Gastro-Duodenal nos Industriários do Brasil". — Tese apresentada para o Concurso de Docência Livre da Cadeira de Clínica Propedêutica Médica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná. Aprovada por unanimidade da Comissão Examinadora — 1956.

17 — "Aterogênese: Conceito Atual". Revista Médica do Paraná, Vol. 25, n.º 2, 1957 — 65 a 74.

18 — "O Gradiente Ventricular nos Bloqueios de Ramo". Anais Paranaenses de Tuberculose e Doenças Torácicas — Ano III — N.º 3 — Jun. 1959, 55 a 68.

19 — "Cardiopatia Chagásica de Origem Silvestre no Litoral Paranaense. Estudo Epidemiológico da Área". Rev. Inst. Med. Trop. São Paulo, Vol. 11 N.º 6, Nov. Dez. 1969 — 408 a 424.

20 — "Miocardite Toxoplásmica Crônica". Anais da Faculdade de Medicina Univ. Fed. PR. — Vol. 13-14, N.º 1-2, 1971-1972 — 13 a 32.

21 — "Diagnóstico Clínico das Arritmias Cardíacas". Capítulo do Livro: Diagnóstico e Terapêutica das Arritmias Cardíacas — Helio Germiniani — Editora Prociex — 1972. Pág. 41 a 61.

22 — "Plano de Estruturação da Faculdade de Medicina". Apresentado à Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, Julh. 1971.

23 — "A Method For The Determination Of The Spatial Electrical Axis- And Their Relations" — Excerpta Médica Vol. 8 n.º 2, Feb. 1954 Pág. 217.

24 — "The Spatial Electrical Axis In Left Ventricular Hyperthophy" Excerpta Médica Vol. 8 n.º 7, jul. 1954 — 889.

X — BANCAS DE CONCURSOS

1 — Membro integrante da Banca Examinadora dos Debates Científicos dos Estudantes — Seção de Clínica Médica — 1953.

2 — Membro da Comissão Examinadora nomeado pelo Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, para examinar a tese de doutoramento: "Perturbações de Afetividade". Agosto, 1954.

3 — Membro da Banca Examinadora nomeado pelo Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, para o exame de Revalidação do Diploma de Médico Estrangeiro — Cadeira de Clínica Propedêutica Médica — Maio, 1955.

4 — Membro da Banca Examinadora nomeado pelo Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, para o exame de Revalidação do Diploma de Médico Estrangeiro — Cadeira de Clínica Médica. — Outubro, 1955.

5 — Membro da Banca Examinadora nomeado pelo Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, para examinar a tese de doutoramento: "Contribuição para o Estudo da Ação Farmacodinâmica da Planta *Sechium Edule*, sobre a Hipertensão Arterial". Março, 1956.

6 — Membro da Banca Examinadora nomeado pelo Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, para o exame de revalidação de diploma de médico estrangeiro — Cadeira de Clínica Médica. Abril, 1958.

7 — Membro da Banca Examinadora nomeado pelo Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná,

para examinar a tese de doutoramento: "Estenose Pulmonar Isolada". Dezembro, 1960.

8 — Membro da Banca Examinadora nomeado pelo Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, para examinar a tese de doutoramento: "Estudo Clínico das Transaminases Glutâmico-Oxalacética e Glutâmico-Piruvica nas Hepatopatias". Dezembro, 1961.

9 — Membro da Banca Examinadora nomeado pelo Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, para examinar a tese de doutoramento: "Tratamento Cirúrgico da Estenose Mitral não Complicada". Dezembro, 1965.

10 — Presidente da Banca Examinadora de Cardiologia, nomeada pelo Reitor da Universidade Federal do Paraná, para promoção de médicos do quadro da Universidade. Fevereiro, 1968.

11 — Membro da Banca Examinadora nomeado pelo Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, para examinar a tese de doutoramento: "Esclerose Sistemática Progressiva". Julho, 1970.

12 — Presidente da Banca Examinadora nomeado pelo presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes para o concurso de Médico — especialidade cardiologia, realizado em Curitiba, Março, 1962.

13 — Presidente da Banca Examinadora nomeada pelo Prefeito de Curitiba, para o Concurso de Médicos do Instituto de Previdência e Assistência da Prefeitura Municipal. Agosto, 1968.

14 — Integrante do Juri Nacional de Ciências Médicas do prêmio Lafi de 1969, por nomeação do Conselho Administrativo da Fundação. Julho, 1970.

15 — Membro da Comissão Julgadora do Concurso para provimento do cargo de Professor Assistente da Disciplina de Dermatologia do Departamento de Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, nomeado por decisão do Conselho Departamental. Agosto, 1971.

16 — Presidente da Comissão Examinadora do Exame de Seleção para admissão de Auxiliares de Ensino da Disciplina de Nefrologia do Departamento de Medicina da U.F.P. — Novembro, 1971.

17 — Presidente da Comissão Examinadora para o exame de Seleção para a admissão de Auxiliares de Ensino na Disciplina de Gastroenterologia do Departamento de Medicina da U.F.P. Novembro, 1971.

18 — Presidente da Comissão Examinadora para o exame de seleção para a admissão de Auxiliares de Ensino na Disciplina de Reumatologia do Departamento de Medicina da U.F.P. Novembro, 1971.

19 — Membro da Banca Examinadora do exame de seleção para a admissão ao cargo de Auxiliar de Ensino na Disciplina de Endocrinologia do Departamento de Medicina da U.F.P. — Dezembro, 1971.

20 — Membro da Banca Julgadora dos trabalhos apresentados ao IX Congresso Brasileiro de Reumatologia e que concorreram ao "Prêmio Pfizer". — Julho, 1972.

21 — Membro da Comissão Julgadora do Concurso para provimento de cargo de professor assistente da Disciplina de Endocrinologia do Departamento de Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, nomeado por resolução do Conselho Departamental. Agosto, 1972.

22 — Membro da Comissão Julgadora do Concurso para provimento de cargo de Professor Assistente da Disciplina de Pneumologia do Departamento de Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, nomeado por resolução do Conselho Departamental. Agosto, 1972.

23 — Membro da Comissão Examinadora do Concurso para provimento de cargo de Professor Adjunto do Departamento de Anatomia do Instituto de Biologia da Universidade Federal do Paraná. Outubro, 1972.

24 — Presidente da Comissão Examinadora encarregada de selecionar alunos monitores para o Departamento de Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná. Março, 1973.

25 — Presidente da Comissão Julgadora das provas de seleção para Auxiliar de Ensino da Disciplina de Nefrologia do Departamento de Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná. — Maio, 1973.

XI — FREQUENCIA A CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

1 — Certificado de frequência ao Curso "Herança em Medicina", sob a orientação do Prof. Helion Pvoa. — 1943.

2 — Certificado de frequência ao Curso "Neuro-Anatomo-Fisiologia Normal e Patológica", sob a orientação do Prof. Antonio Austregésilo Filho. — 1947. Declaração anexa de ter sido aprovado nos exames realizados no término do Curso, 2.º lugar da lista de aprovados.

3 — Certificado de frequência ao Curso "Neuro-Anatomo-Fisiologia Normal e Patológica", sob a orientação do Prof. Antoni Austregésilo Filho. — 1948.

4 — Certificado de frequência ao Curso "Eletrocardiografia Clínica", ministrado pelo Prof. Luiz Feijó. — 1949.

5 — Certificado de frequência ao Curso, "Reumatologia", ministrado pelo Prof. Pedro Nava. — 1954.

XII — SOCIEDADES CIENTÍFICAS

1 — Sócio da Associação Médica Brasileira.

2 — Sócio da Associação Médica do Paraná.

3 — Sócio da Associação Paulista de Medicina.

4 — Sócio da Sociedade Brasileira de Cardiologia.

5 — Sócio da Sociedade Paranaense de Cardiologia.

XIII — CARGOS E FUNÇÕES EM SOCIEDADES CIENTÍFICAS

1 — Sócio efetivo da Sociedade Brasileira de Cardiologia desde 1948.

2 — Sócio efetivo da Associação Médica do Paraná desde 1949.

3 — Eleito Secretário da Seção de Cardiologia da Associação Médica do Paraná. — 1950-1951.

4 — Nomeado Bibliotecário da Associação Médica do Paraná. — Março de 1950.

5 — Eleito Suplente de Delegado nas Assembléias da Associação Médica do Paraná. — 1952.

6 — Eleito Delegado de Curitiba junto à Assembléia Geral dos Delegados da Associação Médica do Paraná. — 1953.

7 — Eleito Suplente de Delegado da Associação Médica do Paraná junto à Associação Médica Brasileira. — 1954-1955.

8 — Eleito 1.º Secretário da Associação Médica do Paraná. — 1954-1955.

9 — Presidente da Comissão Científica da Associação Médica do Paraná, no período 1954-1955.

10 — Eleito Presidente da Seção de Cardiologia da Associação Médica do Paraná. — 1954-1955.

- 11 — Nomeado para a Comissão de Redação da Revista Médica do Paraná. — 1956.
- 12 — Nomeado Membro da Comissão Responsável pela Revista Médica do Paraná. — 1958.
- 13 — Eleito Delegado de Curitiba junto às Assembléias da Associação Médica do Paraná. — 1958-1959.
- 14 — Presidente da Secção de Cardiologia da Associação Médica do Paraná. — 1958-1959.
- 15 — Eleito Suplente do Conselho Regional de Medicina do Paraná. — 1959-1963 — Tendo assumido o cargo efetivo em setembro, 1959.
- 16 — Eleito 1.º Secretário da Associação Médica do Paraná. — 1960-1961.
- 17 — Presidente da Comissão Científica da Associação Médica do Paraná. — 1960-1961.
- 18 — Eleito Delegado da Associação Médica do Paraná às Assembléias da Associação Médica Brasileira. — 1962-1963.
- 19 — Eleito 3.º Tesoureiro da Associação Médica Brasileira. — 1967-1968.
- 20 — Fundador e 1.º Presidente eleito da Sociedade Paranaense de Cardiologia. — 1968.
- 21 — Eleito Vice-Presidente da Associação Médica Brasileira. — 1969-1970.
- 22 — Eleito Vice-Presidente da Associação Médica Brasileira. — 1970-1971.
- 23 — Voto de Louvor da Diretoria da Associação Médica Brasileira pela atuação na Diretoria dessa Entidade. — 1970-1971 e janeiro de 1972.
- 24 — Eleito Presidente da Associação Médica do Paraná. — 1972-1973. Atualmente no exercício do cargo.
- 25 — Nomeado pelo Presidente da Associação Médica Brasileira, para integrar a Comissão Especial de Coordenação de Visitas a Serviços Médicos Especializados. — Novembro, 1972.
- 26 — Eleito Delegado da Associação Médica do Paraná nas Assembléias da Associação Médica Brasileira, para os anos 1974-1975. — Setembro, 1973.
- 27 — Sócio Efetivo da Associação Médica Brasileira desde a fundação.

XIV — CARGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS

- 1 — Nomeado Assistente Extranumerário do Serviço de Clínica Médica da Policlínica Geral do Rio de Janeiro. — 1948.
- 2 — Nomeado Analista de Eletrocardiogramas do Serviço de Cardiologia do I.A.P. dos Industriários no Distrito Federal. — 1948 e 1949.
- 3 — Nomeado Médico do I.A.P. dos Comerciantes, na especialidade Clínica Médica, em Curitiba, em virtude de aprovação em Concurso. — 1949.
- 4 — Certidão de ter desempenhado as funções do item anterior de 01.06.49 a 30.04.50, sendo exonerado a pedido.
- 5 — Certidão de ter respondido pelo Serviço de Eletrocardiografia no Ambulatório do I.A.P. dos Comerciantes, em Curitiba, no período de 01.06.49 a 30.04.50.
- 6 — Credenciado pelo I.A.P. dos Industriários, na especialidade Eletrocardiografia. — 1950.
- 7 — Nomeado Médico do I.A.P. dos Industriários, na especialidade Clínica Médica, em Curitiba, em virtude de ter sido aprovado em Concurso. — 1950.
- 8 — Nomeado Médico-Analisador do I.A.P. dos Industriários no Paraná. — 1950.
- 9 — Nomeado Cardiologista e Eletrocardiologista do I.A.P. dos Industriários no Paraná. — 1950.
- 10 — Promovido ao Padrão "I" na Carreira de Médico do I.A.P. dos Industriários, "por merecimento". — 1952.
- 11 — Nomeado, pelo Presidente, Superintendente Médico do I.A.P. dos Industriários para os Estados do Paraná e Santa Catarina. — 1952.
- 12 — Certidão de ter desempenhado as Funções de Superintendente Médico do I.A.P. dos Industriários no período 01.04.52 a 31.5.53, sendo exonerado a pedido.
- 13 — Credenciado, pelo I.A.P. dos Comerciantes, na especialidade Eletrocardiografia. — 1952.
- 14 — Nomeado Médico-Analisador do I.A.P. dos Industriários no Paraná. — 1953.
- 15 — Certidão de ter desempenhado as funções do item anterior de 19.10.53 a 31.10.54.
- 16 — Credenciado, pelo I.A.P. dos Bancários, na especialidade Eletrocardiografia. — 1953.
- 17 — Nomeado substituto do Médico-Chefe do Serviço de Assistência do I.A.P. dos Industriários no Paraná, em seu impedimento. — 1954.
- 18 — Nomeado para responder pelo expediente da Chefia Médica do I.A.P. dos Industriários no Paraná. — 1954.
- 19 — Promovido ao Padrão "M" na Carreira de Médico do I.A.P. dos Industriários, "por antiguidade". — 1954.
- 20 — Nomeado Superintendente Médico do I.A.P. dos Industriários no Paraná. — 1954.
- 21 — Promovido ao Padrão "N" na Carreira de Médico do I.A.P. dos Industriários, "por merecimento". — 1956.
- 22 — Classificado no Nível 22-B da Carreira de Médico — Especialidade Clínica Médica, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. — 1958.
- 23 — Designado, pelo Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, Substituto Automático do Superintendente Médico da Delegacia no Paraná. — 16.10.1961.
- 24 — Transferido para o Cargo de Médico, especialidade Clínica Médica e Cardiologia, do Quadro de Pessoal — Pasta Permanente do Instituto Nacional de Previdência Social, quando da fusão dos Institutos de Previdência. — ... 29.06.64. Está no exercício do cargo.

XV — ATIVIDADES NO HOSPITAL DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITIBA

- 1 — Ingressou no Hospital como Médico Assistente do Serviço de Clínica Médica de Homens — Enfermaria São Vicente — 1949.
- 2 — Ainda como Médico Assistente transferiu-se para o Serviço de Clínica Médica de Mulheres — Enfermaria Santa Isabel. — 1950.
- 3 — Nomeado Médico Adjunto do Serviço de Clínica Médica de Mulheres — Enfermaria Santa Isabel. — 1954.
- 4 — Nomeado Chefe do Serviço de Clínica Médica de Homens — Enfermaria Dom Alberto Gonçalves. — 1961.
- 5 — Eleito Membro do Conselho do Hospital de Caridade da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, em 1965, para o período 1966-1967.
- 6 — Eleito Membro do Conselho do Hospital de Caridade da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, em 1970, para o período 1970-1971.
- 7 — Nomeado Vice-Diretor Clínico do Hospital de Caridade da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, para o período 1966-1967.

8 — Nomeado Vice-Diretor Clínico do Hospital de Caridade da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, para o período 1968-1969.

9 — Nomeado Vice-Diretor Clínico do Hospital de Caridade da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, para o período 1970-1971.

10 — Atualmente continua no cargo de Chefe do Serviço de Clínica Médica de Homens — Enfermaria Dom Alberto.

XVI — OUTROS TÍTULOS

- 1 — Nomeado "Abstract Writer" da Revista EXCERPTA MEDICA — Editada em Amsterdam - Holanda. — Novembro, 1953.
- 2 — Voto de Louvor da Câmara Municipal de Paranavaí, pela excepcional cooperação prestada à "Segunda Jornada Médica de Paranavaí". — Dezembro, 1957.
- 3 — Membro do Conselho Científico e Consultivo da Revista "Brasil-Médico". Maio, 1966.
- 4 — Certificado pelos excepcionais serviços prestados às Comunidades do Paraná e Santa Catarina na Ação Cívica Social (ACISO - 70), expedido pela Comissão Coordenadora Geral, presidida pelo General de Divisão José Campos de Aragão, Comandante da 5.ª Região Militar. — Agosto, 1970.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 242.73

Autor: — ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA

De autoria do ilustre deputado Antonio Franco Ferreira da Costa, o Projeto de Lei em exame concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Médico ARNALDO MOURA.

A iniciativa é das mais justas e deve merecer desta Casa ampla acolhida, pois o Professor Arnaldo Moura nasceu em Franca, Estado de São Paulo, está radicado no Paraná há muitos anos, onde desfruta de extraordinário conceito não só no campo social como também, e principalmente, na esfera profissional da medicina e do magistério superior.

Do ponto de vista constitucional e regimental a matéria está conforme. Pela aprovação.

É o parecer. S.M.J.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Quielise Crisóstomo da Silva — Relator

(Ass. ilegíveis)

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 237-73, de autoria do Dep. Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Irmandade da Santa Casa de Uraí, com sede na cidade do mesmo nome. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com EMENDA, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 237.73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a IRMANDADE DA SANTA CASA DE URAÍ, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1973.

Borsari Netto

JUSTIFICAÇÃO:

Pretendemos declarar de utilidade pública a IRMANDADE DA SANTA CASA DE URAÍ, pelos relevantes serviços prestados àquela comunidade.

Conforme documentação anexa, que prova seu funcionamento altamente filantrópico, a referida entidade torna-se credora da declaração de utilidade pública que ora propomos.

A T E S T A D O

Atesto, para os devidos fins, que a IRMANDADE DA SANTA CASA DE URAÍ, desta cidade, funciona com toda regularidade como instituição filantrópica e não concede remuneração, gratificação, vantagens ou benefícios de nenhuma espécie e a qualquer título, a dirigentes, superiores, diretores, sócios e irmãos.

Uraí, 13 de outubro de 1973.

(a) Dr. Hugo Gonçalves de Matos

Juiz de Direito da Comarca de Uraí

PREFEITURA MUNICIPAL DE URAÍ
ESTADO DO PARANÁ

LEI N.º 328

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Santa Casa de Misericórdia de Uraí, também conhecida por Irmandade de Santa Casa de Uraí.

A Câmara Municipal de Uraí, Estado do Paraná, em Sessão Ordinária do dia 3 p.p., aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º — Fica declarado de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Uraí, também conhecida por Irmandade de Santa Casa de Uraí;

Artigo 2.º — Revogam-se as disposições em contrário;

Artigo 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Uraí, aos 9 (nove) dias do mês de novembro do ano de 1965 (mil novecentos e sessenta e cinco).

a) — Susumo Itimura — Prefeito Municipal

a) — Pedro Alonso Lunardelli — Secretário

Publicada e Registrada na Secretaria desta Prefeitura, nesta data.

Uraí, 9 de novembro de 1965.

a) — Pedro Alonso Lunardelli — Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 237-73

P A R E C E R

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Borsari Netto, objetiva declarar de utilidade pública, mediante autorização ao Poder Executivo, a "IRMANDADE DA SANTA CASA DE URAÍ" com sede na cidade do mesmo nome.

Conforme documentação anexa ao Projeto, a referida entidade funciona em caráter altamente filantrópico, preenchendo todos os requisitos da Lei que regula a matéria, tornando-se, portanto, credora da declaração de utilidade pública ora proposta.

Não havendo nenhum óbice constitucional, legal ou formal que se insurja ao Projeto, opino pelo ACOHIMENTO da medida nos termos do Substitutivo Geral, que atende a melhor técnica legislativa.
É o parecer.
Sala das Comissões, em 14-11-73.
(Ass. ilegível) — Presidente
Wilson Fortes — Relator
(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 237-73

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a IRMANDADE DA SANTA CASA DE URAI, com sede na cidade do mesmo nome.
Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revoga das as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em
(Ass. ilegível) — Presidente
Wilson Fortes — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei n.º 237-73

Autor: — Dep. Borsari Neto
De autoria do ilustre Deputado Borsari Neto, o Projeto de Lei em epígrafe visa autorizar o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Urai, com sede na cidade do mesmo nome.
Como a matéria tratada no Projeto não envolve nenhum problema de ordem financeira, entendo que esta Comissão não tem sobre o que opinar.
É o parecer, S.M.J.
Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1974.
(Ass. ilegível) — Presidente
Alvaro Dias — Relator
(Ass. ilegíveis)

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 99-73, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que denomina de "Ginásio Estadual Carliário Gomes dos Santos", o atual Ginásio Estadual de Santa Amélia. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 98-73, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que denomina Grupo Escolar "Francisco da Silva Leal", o atual Grupo Escolar, de Santa Amélia. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado pelo Substitutivo, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 87-73, de autoria do Dep. Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo celebrar Convênio com o Município de Lobato, destinado à construção de um prédio para a Delegacia de Polícia local. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. e C.P., com EMENDA. — Aprovado, com Emenda, artigo por artigo.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 245-73, de autoria do Dep. Fabiano B. Côrtes, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Samuel Klabin, Diretor Presidente das Indústrias Klabin do Paraná e Celulose S/A. — Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86-73, de autoria do Deputado Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo celebrar Convênio com o Município de Santo Inácio, destinado à construção de um prédio para a Delegacia de Polícia local. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 85-73, de autoria do Deputado Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo celebrar Convênio com o Município de Flórida, destinado à construção de um prédio para a Delegacia de Polícia local. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., C.O.P.T.C. e C.P., com EMENDA. — Aprovado, com emenda.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 77-73, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que denomina "Governador Parigot de Souza", o trecho da rodovia PR-1, que liga Jaguariaíva a Santo Antônio da Platina. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado pelo Substitutivo.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 76-73, de autoria do Deputado Antônio Belinati, que autoriza o Poder Executivo reaparelhar todos os postos da Polícia Rodoviária Estadual, através do D.E.R., dotando-os de Sistema de Comunicação, Assistência Médica, Ambulância e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — Aprovado.

VOTAÇÃO EM 1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 102-73, de autoria do Deputado Antônio Belinati, que proíbe o uso de livros estrangeiros nas escolas públicas. — Parecer favorável da C.C.J. e contrários da C.F. e C.I.P. — Rejeitado.

DFCP — CONTABILIDADE GERAL

BALANCETE DO MÊS DE MARÇO — 1974

A T I V O

DISPONÍVEL		
Tesouraria	3.296.558,60	3.296.558,60
EXECUÇÃO DA DESPESA		
Venc. e Vantagens Fix.	3.591.455,50	
Desp. Var. c/P. Civil	1.594.991,89	
Material de Consumo	157.651,00	
Serviços de Terceiros	593.124,06	
Encargos Diversos	244.000,00	
Desp. Exerc. Anter.	59.206,62	
Subvenções Sociais	852.250,00	
Inativos	557.239,74	

Pensionistas	216.509,66	
Salário Família	81.344,00	
Equip. e Instalações	131.262,88	
Material Permanente	6.481,23	
Aux. p/Obras Públicas	—	
		8.085.516,58
CONTAS PENDENTES		
Despesas Diferidas	200.000,00	200.000,00
SOMA DO ATIVO		11.582.075,18

P A S S I V O

LIB. SECR. FAZENDA			
Pessoal			
Venc. e Vantagens Fix.	3.700.000,00		
Desp. Var. c/P. Civil	1.645.000,00		
Inativos	570.000,00		
Pensionistas	225.000,00		
Salário Família	105.000,00	6.245.000,00	
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO			
Material de Consumo	80.000,00		
Serviços de Terceiros	300.000,00		
Encargos Diversos	250.000,00		
Desp. Exerc. Anter.	60.000,00		
Subvenções Sociais	705.000,00	1.295.000,00	
CAPITAL			
Equip. e Instalações	220.000,00		
Material Permanente	150.000,00		
Aux. p/Ob. Públ.	800.000,00	1.170.000,00	8.810.000,00
CREDORES			
Despesas Empenhadas	660.637,76		
Despesas Processadas	13.269,32		
Folhas de Pagamento	450.439,86		
Restituições	12.807,21		
Consignações	105.092,58	1.242.296,73	
RESTOS A PAGAR			
Empenhados	824.163,02		
Processados	7.088,25	831.251,27	
CONTAS PENDENTES			
Outras Contas	698.527,18	2.772.075,18	
SOMA DO PASSIVO			11.582.075,18

Palácio "XIX de Dezembro", em 01 de abril de 1974.

(Assinatura ilegível) — Chefe da Secção de Cont.

(Assinatura ilegível) — Chefe da Div. Cont.

(Assinatura ilegível) — Contador Geral.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Isac Milder, ocorrido hoje na Capital paulista. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, sugerindo verificação das razões que determinaram a elevação violenta dos preços dos insumos aplicados na agricultura, e, com relação a máquinas e implementos agrícolas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Professor Ernesto Knauer, pela sua investidura na Presidência do Conselho Estadual de Educação. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da COPEL, no sentido de transmitir apelo de vários Prefeitos do Sudoeste do Estado, inclusive entidades de classe e clubes de serviços como o "Lyons" visando do que a referida empresa instale a rede de energia elétrica ligando Santa Clara até a torre de transmissão de TV do Cândói. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam determinados os serviços de alargamento, terraplanagem e ensaibramento da estrada que liga o Município de Antônio Olinto à Rodovia do Xisto. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, sugerindo haja por bem determinar a realização de estudos, visando autorizar o Instituto de Identificação firmar Convênio com empresa particular, para que proceda em municípios do interior do Estado o serviço de identificação civil. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor-Presidente da TELEPAR, visando a realização de estudos para extensão da linha telefônica da sede do Município da Lapa à sede do Distrito de Mariental. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da Confederação Brasileira de Desportos, bem como aos Srs. Presidente da Federação Paranaense de Futebol e Presidente da Federação Carioca de Futebol, sobre a arbitragem do juiz Manoel Spezin Neto, pertencente à Federação Carioca de Futebol, em jogo disputado no dia 14-4-74, em Florianópolis, entre as agremiações do Atlético Paranaense e Avaí (SC), cuja peleja o aludido juiz agiu de propósitos inconfessáveis, de má fé, como um verdadeiro alienado, razão pela qual solicitamos necessárias providências. — Em discussão.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a Sessão de amanhã, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando sejam enviados telegramas aos Srs. Ministros da Fazenda, Agricultura e Indústria e Comércio, solicitando fixação de preços do soja, atendendo apelo patético dos produtores. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando seja transcrito nos Anais da Casa, o discurso proferido pelo Dr. Luiz Antônio Fayet, na cerimônia de sua posse, no cargo de Diretor Presidente do BADEP. — **Aprovado.** (A matéria a ser transcrita, achase publicada no final desta Ata).

Requerimentos de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que formule a Emenda necessária, para que deixe mais claros os termos da proposta de aumento ao funcionalismo público. — **Em discussão.**

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, data vênica do entendimento de V. Exa. sugiro que despache, de ofício, esse Requerimento, sem que a Casa tenha que se manifestar quanto a sua validade, porquanto considero válidas as pretensões do Deputado e entendo que a Presidência regimentalmente tem autoridade para despachar, de ofício, o presente expediente. Com isto ficará limitada toda e qualquer tramitação perante os Departamentos Administrativo e Legislativo.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado Ivo Thomazoni que se trata de um Requerimento e a Mesa entende que não tem poderes para encaminhá-lo sem ouvir o Plenário da Casa. Por esta razão coloco em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, é possível que não tenha entendido as razões da minha questão de ordem.

Possivelmente relaterei na Comissão de Constituição e Justiça, na próxima quarta-feira, a Mensagem que propõe aumento ao funcionalismo público do Estado.

É fatal que a tramitação deste Requerimento pela Casa só chegará às minhas mãos no final desta semana.

Posso requerer a V. Exa. para discutir os Requerimentos e no interregno desta para a próxima Sessão, posso xerocá-los e estar munido dos termos em que estão vasados os Requerimentos.

O SR. PRESIDENTE — Ficam adiadas as discussões para a próxima Sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente da Federação das Associações Comerciais do Paraná, aos Srs. Ministro da Indústria e Comércio e Presidente do Instituto Brasileiro do Café, visando medidas cabíveis com relação ao plantio do café, e combate à ferrugem. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná, encarecendo que, na fixação de prioridade para atuação do Governo Estadual, seja dado ênfase à implantação da estrada de rodagem ligando os municípios de Jaguariaíva e Antonina. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 87-73, 98-73 e 99-73.
 - 2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 237-73, 242-73, 256-73 e 285-73.
 - 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 111-73.
- Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO XENOFONTE VILLANUEVA, APROVADO EM 15 DE ABRIL DE 1974

Discurso do Dr. Luiz Antônio Fayet:

"A instalação no país de um novo período governamental, a 15 de março, embora conserve as diretrizes das administrações anteriores, traz em seu bojo enfoques e posicionamentos que caracterizam um processo de evolução, e marcam com importantes repercussões a administração e a economia de nosso Estado.

Primeiramente pela convocação de elementos de nossos quadros administrativos para cargos da esfera federal, e, paralelamente, pelas perspectivas formidáveis que se abrem em face da ênfase atribuída à melhoria da distribuição social e regional da renda, ao fim da guerra fiscal entre Estados, ao fim dos privilégios de reserva de mercado, à melhor distribuição geográfica da atividade industrial, à redescoberta da agricultura, e, especialmente, às preocupações em estabelecer um comportamento de política econômica para mais longo prazo.

Essas colocações tem substancial importância porque abrem imensas perspectivas para as regiões brasileiras que, como a nossa, não constituem nem parte do pólo nem integram as chamadas regiões problema, mas possuem grandes potencialidades e dependem de um considerável esforço para sua consolidação.

Embora sem desprezar as potencialidades do Paraná, devemos assinalar que sua renda per capita ainda é inferior à média brasileira e a participação do setor industrial na formação da renda interna, no entorno de 10%, é a menor na região Centro-Sul do país.

A consciência desse fato já foi despertada e é absolutamente nítida a preocupação e a importância atribuída pelo Governo do Estado à promoção do desenvolvimento, em especial pela dimensão que deu ao trabalho do BADEP, instrumento específico para promover a um novo nível a atividade econômica.

Essa missão exige muito mais do que seriedade e boa vontade, exige uma visão científica da problemática existente, experiência, e uma boa dose de ousadia.

E é nesse momento do processo que assumo esta empresa, há 12 anos minha opção de vida profissional. Volto a minha casa, tranquilo por encontrá-la muito bem ajustada e numa fase esplendorosa de sua história, fruto da decisão e do apoio governamental ao seu trabalho, mas substancialmente por ter sido conduzida pela personalidade marcante de Karlos Rischbieter, profundo, tranquilo, incansável e destemido. Sua saída representa uma grande lacuna e impõe o desafio de não se perder o ritmo adquirido. Aceito com tranquilidade esse desafio porque conheço bem as dificuldades e as potencialidades deste Banco, a capacitação e a garra de sua gente, a decisão com que o Governo se empenha nesta tarefa, e especialmente pela confiança e apoio permanente do empresariado.

No momento em que assumo esta nova missão política na atual administração, agradeço ao Exmo. Senhor Governador Emílio Gomes por mais essa demonstração de confiança, à qual, com meus companheiros de Diretoria, continuarei respondendo com dedicação e lealdade.

A Karlos Rischbieter, a nossa gratidão pelo tanto que construiu".